



O Património Construído como Ponto de Partida Contemporâneo

Ricardo Miguel da Chão Barros

O Património Construído como Ponto de Partida Contemporâneo

Trabalho realizado sob orientação do
Prof. Arq. José Manuel dos Santos Gigante
Prof. Arq. João Nuno P. B. Moreira Gomes

Ricardo Chão Barros



www.ulp.pt

ULP | 2017

Janeiro 2018



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Ricardo Miguel da Chão Barros

O Património Construído como Ponto de Partida Contemporâneo

Dissertação do Mestrado em Arquitectura

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona do Porto no dia 15/01/2018,
perante o júri seguinte:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Cândido Almeida D'Eça Ramalho

Arguente: Prof. Arq. João Carlos Martins Lopes dos Santos

Orientador: Prof. Arq. José Manuel dos Santos Gigante

Co-orientador: Prof. Arq. João Nuno P. B. Moreira

Janeiro 2018

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

A quem me orientou,
a quem me acompanhou e apoiou ao longo deste tempo,
a quem me proporcionou esta oportunidade
e a todos os que contribuíram para este trabalho,
o meu profundo agradecimento.

Resumo

Num momento em que os centros históricos perdem sucessivamente habitantes e o seu património edificado se degrada de dia para dia, não restam dúvidas da necessidade de intervenção. É importante reverter esta tendência onde a transformação dos objectos degradados pode assumir um carácter regenerador. A presente dissertação inscreve-se na necessidade de consolidar objectos atribuindo-lhe exigências contemporâneas, de forma a que não se perca o carácter sedimentar das cidades, numa linha prospetiva de reutilização do património construído.

Desde o surgimento das primeiras teorias acerca da intervenção no património arquitectónico, como a evolução dos conceitos envolvidos, conhecendo as posições mais ou menos consensuais de diferentes profissionais, o debate chega aos dias de hoje de uma forma heterogénea. A análise desta evolução pode ajudar, hoje, a entender este fenómeno e a estruturar as ideias para uma melhor intervenção. Neste sentido o estudo de variadas obras contemporâneas surge, neste âmbito, como uma forma de fundamentar e desenvolver uma análise mais focada, com vista a um melhor resultado final.

Palavras-chave: património, contemporaneidade; intervenção; construído; novo; antigo

Abstract

At a time when the historical centers lose successively inhabitants and their built heritage deteriorates day by day, there is no doubt about the need for intervention. It is important to reverse this trend where the transformation of degraded objects can take on a regenerative character. The present dissertation is part of the need to consolidate objects attributing contemporary demands to it, so that the sedimentary nature of the cities is not lost, in a prospective line of reuse of the built heritage.

Since the beginning of the first theories about intervention in architectural heritage, such as the evolution of the concepts involved, knowing the more or less consensual positions of different professionals, the debate reaches the present day in a heterogeneous way. The analysis of this evolution can help today to understand this phenomenon and to structure the ideas for a better intervention. In this sense, the study of various contemporary works appears in this context as a way to base and develop a more focused analysis, with a view to a better final result.

Keywords: heritage, contemporaneity; intervention; built; new; old

Índice

Resumo	V
Abstract	VI
Introdução	1
CAPITULO I	
O Património como noção dinâmica	5
CAPITULO II	
Contribuições teóricas na intervenção no construído	11
Cartas de Recomendação Internacionais	20
Debate actual	25
Relação novo-antigo, continuidade ou ruptura	28
CAPITULO III	
Casos de estudo	30
Casa dos 24, Fernando Távora	31
Casa do conto, Ateliê Pedra Liquida	35
Belen club, José Adrião	40
CAPITULO IV	
Contextualização e justificação da proposta	43
Introdução à reflexão da proposta	44
Contexto histórico do local	45
Contexto histórico do local de implantação	48
Propostas de programa	51

Intervenção	54
Conclusão	66
Bibliografia	67
Índice de imagens	70
Anexos	73

Introdução

O desafio contemporâneo da arquitectura na intervenção sobre o património construído revela-se, hoje em dia, numa escala de discussão alargada e heterogénea. O debate dos seus vários níveis, desde: a decadência do edifício monumental; as exigências contemporâneas de segurança, conforto e acessibilidade; intervenções contemporâneas em locais de valor cultural; e a reutilização e ampliação de edifícios construídos, tem hoje um reflexo nas cidades, visível por todos aqueles que a circulam. Neste contexto, após a escolha do programa de reabilitação, na disciplina de projecto do quinto ano, entendeu-se que o trabalho de intervenção para reusar o edifício proposto poderia tomar diferentes caminhos.

Nesta linha de acção, foi primeiramente apresentado aos alunos o local e o objecto da reabilitação e, mesmo antes de se conhecer o programa proposto, todo o pensamento girou em torno da questão - qual a atitude perante uma pré-existente Sabendo-se que a proposta prática de projecto teria que vir a ser fundamentada teoricamente na disciplina de dissertação, tornou-se evidente a importância de explorar o tema da intervenção no construído.

Perante a inexistência de uma teoria geral para uma intervenção deste tipo, o caminho adoptado pretende, antes de mais, abrir espaço à discussão do tema. Como tal, a presente dissertação procurará contextualizar evolutivamente a forma como o homem encarou o tema até à actualidade. Hoje, mais que nunca, a reutilização de estruturas existentes é uma constante e a sua materialização adquire inúmeras formas. Neste sentido, o corpo do trabalho incorporará uma análise crítica de forma a que se compreenda o estado actual, a partir de um encadeamento de contribuições teóricas ao longo da história.

Tendo em conta a heterogeneidade do tema actual e as diferentes perspectivas teóricas que a acompanham, a estrutura da presente dissertação não será uma estrutura fechada. Assim sendo, a selecção dos temas abordados teve em consideração o carácter de importância/visibilidade que determinadas contribuições tiveram no seu tempo, influenciando o modo de agir e pensar que se estendeu até aos dias de hoje. Esta selecção não

pretende anular outras abordagens mas sim destacar algumas que, no decurso da pesquisa e construção do documento, se mostraram mais relevantes, criando-se, assim, uma síntese da discussão que se tem vindo a gerar em volta da temática. Nesta linha de desenvolvimento a perspectiva do autor foi-se enriquecendo e maturando ao longo de todo o estudo.

De acordo com os princípios a cima indicados, o trabalho organiza-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo pretende-se deter um conjunto de informações acerca da evolução do conceito de património, recorrendo essencialmente às reflexões dos livros de Françoise Choay, contextualizando-se, historicamente, o conceito e o seu desencadeamento até à actualidade e como este lida com o construído.

Já no segundo capítulo, apoiado no método de exposição de textos teóricos do livro de Françoise Choay - *As Questões do património* - faz-se uma recolha de diferentes abordagens teóricas, em torno da intervenção no construído, esclarecendo-se as principais linhas de pensamento. Neste capítulo são também abordadas as cartas e convenções internacionais do património, como forma de compreender, genericamente, a abordagem do tema e a evolução de parâmetros. O capítulo é finalizado com uma análise do contexto actual em torno das intervenções contemporâneas em património construído, bem como, a abordagem à dicotomia na linguagem que acontece na relação novo-antigo.

No terceiro capítulo, são utilizados casos de estudo contemporâneos, numa perspectiva de análise da relação destes com a pré-existência, de forma a consolidar as teorias abordadas anteriormente e criar uma linha de pensamento esclarecedora para a proposta de projecto.

Por fim, no quarto capítulo, é exposto o trabalho prático realizado na disciplina de Projecto 5, impulsor do tema deste trabalho, narrando de forma comparativa, descritiva e crítica para expor a posição tomada com a proposta, perante a pré-existência.

Importa, ainda, ressaltar que a fundamentação teórica desta dissertação, será enquadrada ao longo da mesma, tendo como orientação o Despacho Reitoral n.18/2016 da Universidade Lusófona do Porto.

O Património como noção dinâmica

“(…) a noção de passado ao qual não se pode regressar e, principalmente, a velocidade impressionante das mudanças históricas associadas à modernidade, criaram a nostalgia e a necessidade da autenticidade, do enraizamento, de uma paragem para identificação – das culturas, dos povos, dos indivíduos.”¹

¹ COSTA, Alexandre Alves – O património e o futuro. In AA.VV.-Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Vol.38. Porto,1998. P.112

Na actualidade, a utilização do termo património sofre de uma dispersão de significados. Assim sendo, e considerando que este conceito é reflexo de uma sociedade² e não é estático, a compreensão da mesma e das suas modificações ao longo dos tempos, pode levar-nos ao entendimento do conceito actual na sua total amplitude.

Segundo, Françoise Choay, poderemos identificar três “revoluções culturais” onde é verificável a dilatação do termo património: Renascimento, Revolução Industrial e Revolução electro telemática. Estes momentos históricos, surgem como espaços temporais de grande relevo para a Humanidade, onde os quais estão relacionados com inúmeros processos transversais ao conhecimento, e como tal o seu “reflexo” no conceito de património é claro.

Assim, na primeira “revolução cultural” - O Renascimento “instaura uma atitude reflexiva assente sobre o conjunto das actividades humanas constituídas em objectos de estudo, e aborda os vestígios edificados do passado através do duplo prisma da história (como prioridade) mas também do gosto.”³. Resultando, portanto num interesse pelos produtos de índole greco-romanos, onde colecções organizam e protegem vestígios do passado, denominadas de antiguidades.

As modificações despoletadas durante a Revolução Industrial da Inglaterra, assim como a destruição que resulta da Revolução Francesa, despertam a necessidade e o interesse pela preservação do legado do passado. Choay, refere-se à Revolução Francesa como o local onde o conceito de património emerge, representando “(...) os bens nacionalizados da igreja e da coroa”³, assentes numa “(...)noção de colectividade nacional e o conceito correlativo de um passado comum, uma herança comum, um património histórico nacional.”³

Em plena revolução industrial, surgem duas grandes orientações em relação à intervenção no património. Posições estas distintas, por um lado com

² CHOAY, Françoise – Alegoria do Património. Coleção Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70,2010. p.11

³ CHOAY, Françoise – Património e Mundialização. 2ª edição, Licorne/CHAIA,2005. p.20

a figura de Viollet-le-duc (1814-1879) em França, a qual defendia que a herança edificada, não se deveria deixar ruir, por outro lado, John Ruskin (1819-1900) em Inglaterra, que defendia a intocabilidade dessa mesma herança.

Após a segunda guerra mundial, incide sobre o património construído uma atenção mais focalizada, reconhecida no II congresso internacional de arquitectos técnicos de monumentos históricos em 1964, com a elaboração da Carta de Veneza. Nesta, lê-se que os povos se tornaram “cada vez mais conscientes da unidade dos valores humanos e consideram os monumentos antigos como património comum. A responsabilidade colectiva de os proteger para gerações futuras é reconhecida. É nosso dever mantê-los com a riqueza da sua autenticidade.”⁴, alargando-se, assim, o conceito de monumento histórico, como uma “(...) criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico.”⁴, passando, neste sentido, a integrar o conceito de património.

Numa opinião pessoal do autor, aqui é atribuída uma ligação importante ao conceito de património que se revela até aos dias de hoje. De facto, é sob este olhar que se deve encarar este conceito, pois, tendo em conta, que somos o reflexo de uma sociedade o património constitui, assim, o espelho de uma história comum.

No seguimento da “Revolução electro telemática”, que surge com o grande “(...)desenvolvimento dos instrumentos electrónicos e das redes de telecomunicação(...)”⁵, existe uma grande dispersão do conceito de património. Segundo Françoise Choay, “é no horizonte da mundialização, do seu impacto nas sociedades e da crise de valores assim produzida que devemos interrogar a noção actual de património e decifrar o seu sentido.”⁶. As mudanças

⁴ II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, Veneza, 1964-Preâmbulo. Veneza: ICOMOS. p1

⁵ CHOAY, Françoise – As Questões do Património, Antologia para um Combate. Colecção Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70, 2011. p.37

⁶ CHOAY, Françoise – Alegoria do Património. Colecção Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70, 2010. p.22

provocadas na sociedade interagem directamente com a forma como a mesma olha o passado, sendo que, “tomando isoladamente e sem um qualificativo, o termo “património” passou a ter o desmedido poder semântico de cumular as acepções linguísticas, literárias (oral e escrita) plástica, arquitectural, urbana, territorial..., quer sejam tomadas à escala local, nacional, ou mundial.”⁷

Como consequência da “Revolução electro telemática”, Françoise Choay recorre ao termo “mundialização do património”. Este termo “é desenhado pelo conjunto de redes de infra-estruturas técnicas, materiais e imateriais, normalizadas e fora de escala, pelo canal em que transitam doravante os fluxos de informação e circulação de bens e pessoas e que conferem uma nova identidade – global – ao nosso planeta.”⁸. Com este processo assinala-se uma aceleração na influência das práticas no património e na arquitectura. Assim, concebendo uma arquitectura separada do contexto ou exclusivamente baseada nas novas tecnologias, Françoise Choay refere duas formas de abordar o património: fetichismo do património ou fetichismo da técnica.⁹ Assim sendo, o primeiro confere um elevado significado aos objectos do passado, “portadores de uma identidade ameaçada”¹⁰, o qual poderá ser associado a uma certa sensação de perda e de nostalgia. Por sua vez, a segunda forma sugerida pelo autor, releva capacidade técnica contemporânea.

Choay resume em quatro termos as consequências da mundialização, sendo estas, a desdiferenciação, descorporização, desrememoração, descomplexificação

Desdiferenciação refere-se à “(...) uniformização mundial do catálogo das redes de infra-estruturas técnicas, mas sobretudo dos aglomerados que a todas as escalas proliferam debaixo de uma enganadora riqueza lexical”¹¹

⁷ CHOAY, Françoise – Património e Mundialização. 2ª edição, Licorne/CHAIA,2005. p.17

⁸CHOAY, Françoise – As Questões do Património, Antologia para um Combate. Colecção Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70,2011. p.40

⁹ CHOAY, Françoise – Património e Mundialização. 2ª edição, Licorne/CHAIA,2005. p.23-25

¹⁰ Idem p.23

¹¹ Idem p.33-34

Descorporização equivale,“(…)em termos de ordenamento espacial, [ao] triunfo do cálculo assistido por computador na construção de edifício”¹².

Desrememoração é, “(…) em termos de ordenamento espacial, [ao] reino simultâneo da tábua rasa e do fetichismo patrimonial”¹³ onde se perde o usufruto de memórias e objectos patrimoniais.

Descomplexificação é, “(…) em termos de ordenamento espacial, [à] descontextualização e atomização da produção arquitectónica.”¹⁴ que leva a perda de uma arquitectura singular e em diálogo com a envolvente.

Tudo isto recai na dilatação do conceito de património, que por sua vez, se manifesta em uma dita patrimonialização exagerada. Para estabelecer limites nesta tendência é necessário compreender, que o conceito de património, assenta no “(…) conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica.”¹⁵

Posto isto, a classificação do património, significa que este fica “(…) legal e culturalmente, mais ligado à sociedade e disto resulta uma acção formativa, não apenas impeditiva”¹⁶.

Em Portugal, o património cultural é legalmente dividido em bens móveis e imóveis. Os bens imóveis poderão classificar-se como sendo de interesse nacional, público ou municipal e inseridos desta forma nas categorias de monumentos, conjuntos ou sítios, sendo o seu valor histórico ou contemporâneo reconhecido. Estas classificações, bem como a de património mundial atribuído pela UNESCO, tem como finalidade proteger um legado de relevo. Contudo, a massificação do turismo e a busca de uma “satisfação

^{12/13/14} CHOAY, Françoise – Património e Mundialização. 2ª edição, Licom/CHAIA,2005. p.33-34

¹⁴ Idem p.23-25

¹⁵ PRINCÍPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO ,Cracóvia,2000 – Anexos: Definições. P.5

¹⁶ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de Op. Cit. p.412

cultural imediata”¹⁷, aporta consigo riscos para o próprio património como o aumento do seu consumo. A própria divulgação de edifícios ou lugares através dos meios de comunicação social e das redes sociais, antevêm aos turistas uma imagem do que poderá ser encontrado. Nota-se então o desenvolvimento de uma indústria cultural, onde “(...)o património é transformado num “museu” ou “parque” que transcende o próprio original (...) e é convertido num objecto de consumo”¹⁸, perdendo a posição singular na interpretação do lugar.

A sustentabilidade patrimonial é em ocasiões guiada pelas necessidades económicas que leva muitas vezes, por todo o mundo, à museificação do património. Este fenómeno traduz-se por vezes, não só no património mas também no próprio turista, numa ilusão quanto a veracidade, valor transversal no conceito de património.

Numa visão pessoal e atendendo, em parte, à importância do crescimento e da mudança como factor impulsionador do desenvolvimento dos meios e das populações, importa, reflectir sobre esta dicotomia de ideias, entre o factor desenvolvimento e preservação do património. Neste sentido, importa racionar estas duas ideias, tendo-se presente, a importância do património, seu cuidado e preservação e por outro lado os cuidados a ter aquando de propostas de crescimento.

¹⁷ CHOAY, Françoise – As Questões do Património, Antologia para um Combate. Colecção Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70,2011. p.45

¹⁸ FERREIRA, Teresa – Heritage or theme park? Some reflections from Portuguese experiences. In: ICOMOS 17th General Assembly. Paris. 2011. p.588

CAPÍTULO II

Contribuições teóricas

Se no capítulo anterior se desenvolveram várias transformações sofridas pelo conceito património ao longo dos tempos, importa, no capítulo que se segue, remontar, igualmente, numa linha cronológica, uma análise à intervenção do Homem no património construído.

Assim sendo, quando observamos a história da arquitectura, ressaltam temas transversais abordados por diversas civilizações. A intervenção no construído, tema central que pretende estudar a presente dissertação, é uma temática que, como tantas outras, devido aos diferentes posicionamentos teórico-práticos, ostenta, na sua análise, uma mais-valia para compreensão da heterogeneidade do debate actual.

O homem teve, desde sempre, o sentido de fazer resistir ao tempo todos os objectos úteis que de alguma forma respondiam às suas necessidades. A prioridade não era preservar um testemunho histórico, mas sim utilizar algo, em que as suas funções deixaram de se enquadrar com as necessidades, atribuindo-lhe outras ocupações ou mesmo alterando-o. Então, inicialmente um edifício não possuía um valor histórico ou cultural mas sim um valor útil, associado a um ciclo natural de adaptação a novas necessidades, que justificava o sentido de fazer perdurar no tempo o património construído. O coliseu de Roma é exemplo desta prática, no século IX os seus arcos foram ocupados por habitações, armazéns e oficinas e mesmo no seu interior, ergueu-se uma igreja e a cidadela dos Frangipani. O Anfiteatro de Arles em França, também um exemplo de arquitectura romana, construída no século I, que suportou uma ocupação. Essencialmente conectada a uma necessidade de sobrevivência, esta estrutura serviu de refúgio à população arliense tendo sido transformada em uma cidade fortificada.



1 - Anfiteatro de Arles em 1686



2 - Anfiteatro de Arles actualmente

Da mesma forma, o Renascimento, surge em Itália no século XIV e XV como movimento artístico e cultural, caracterizando-se por uma imitação da antiguidade greco-romana. O gosto pela história e pela literatura antiga fomenta uma cultura inspirada nos ideais do mundo clássico. Esta foi a primeira etapa da história ocidental transmitindo uma consciência do passado. A prática nesta época assenta no restauro do edifício com técnicas “originais” e são acrescentadas partes modernas, numa tentativa harmónica de incorporar o novo no antigo.

A Igreja de São Francisco em Rimini, aquando da intervenção levada a cabo por Alberti no início do renascimento, constitui um exemplo interessante na relação novo-antigo. A adaptação de uma preexistência com novas soluções no revestimento da igreja com novo material, numa evidente intenção de introduzir o novo sem anular o antigo, continuou a permitir destacar e visualizar as suas janelas góticas.



3 - Templo Malatestiano, Rimini

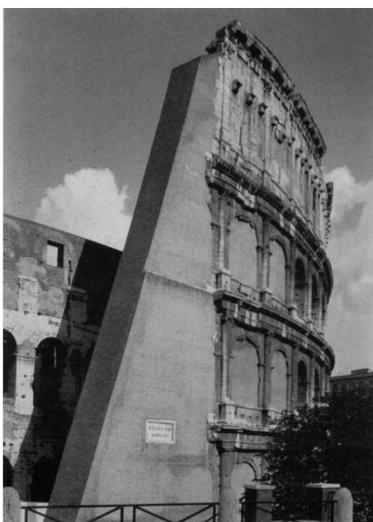


4 - Fachada lateral

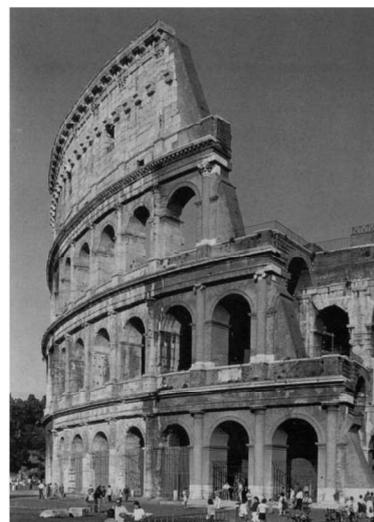
O Coliseu de Roma no início do século XIX encontrava-se num estado precário, após ter servido como fonte de material de construção durante séculos e no seguimento do terramoto em Roma de 1806, foi necessária a intervenção para garantir a sua integridade. Surgem, então, durante a primeira metade do século XIX, os nomes de Raffaele Stern (1774 – 1820), e Giuseppe Valadier (1762 – 1839), que realizaram alguns trabalhos de restauro desenvolvidos em duas fases. A primeira, orientada por Raffaele Stern em 1807 a mando de Pio VII e a segunda em 1823 por Giuseppe Valadier a mando de Leão XII. Stern preferiu, como material, utilizar o tijolo de forma a construir um contra forte e fechando os arcos, que se encontravam em iminência de desmoronar, assegurando, desta forma, a estabilidade do coliseu. Foi, sem

dúvida, na época, uma solução eficaz em termos estruturais, baseada numa atitude conservativa e de preservação máxima dos elementos, por exemplo, dos testemunhos do processo de degradação.

Valadier, por outro lado, utilizando também o tijolo, optou por restituir as formas dos arcos originais, recorrendo também em alguns detalhes ao travertino. Neste caso, estima-se que o tijolo deveria ter recebido um revestimento imitando o travertino original do Coliseu, mas permaneceu em tijolo aparente, possibilitando diferenciar a intervenção dos elementos originais.



5- Intervenção de Stern



6 - Intervenção de Valadier

Contudo, numa visão pessoal, entende-se que Valadier teve uma maior capacidade de conservação dos aspectos históricos e memoriais, virtuando o carácter e natureza da obra original. Valadier foi mais longe, tendo, na altura, conseguido um melhor aperfeiçoamento da forma e não só da própria segurança do arco do Coliseu, onde o facto da intervenção ficar marcada pela diferença de materiais esclarece a sua natureza ao observador. Todavia, a atitude de Stern, prática e minimal, contém nela uma visão romântica do tempo, deixando visíveis as suas cicatrizes.

Eugéne-Emmanuel **Viollet-le-Duc** (1814 – 1879), surge-nos como sendo um dos primeiros teóricos a conceber uma doutrina sobre o tema do restauro. “A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo,

repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca num dado momento”¹⁹

Viollet-le-duc considerava que “(...) o melhor meio para conservar um edifício é encontrar-lhe um destino(...)”²⁰ e gerou uma ideologia teórica entre os elementos da forma, estrutura e função, buscando a lógica do conjunto arquitectónico. Procurando entender a lógica da concepção do projecto, não se contentava unicamente em fazer uma reconstituição hipotética do estado de origem, mas procurava fazer uma reconstituição daquilo que teria sido feito se, aquando da construção, detivessem os conhecimentos e experiências da sua própria época. Para tal, “(...) antes de qualquer trabalho de reparação, constatar exactamente a idade e o carácter de cada parte(...)”²¹. Considerando que “(...) cada edifício ou cada parte de um edifício devam ser restaurados no estilo que lhes pertence, não somente como aparência, mas como estrutura.”²² Esta metodologia de trabalho levava muitas vezes a que o resultado final fosse completamente diferente do original.

A sua produção intelectual consolidou as suas teorias sobre a restauração. Mais tarde, viria a ser conhecida como “restauração estilística”, ou seja, um processo que, baseado na unidade formal e estilística das edificações busca criar um modelo idealizado na “pureza” do seu estilo.

Com outra perspectiva, **John Ruskin** (1819 - 1900), era defensor de que a herança do passado não devia ser perturbada. Desta forma o restauro seria considerado como que uma mentira, sendo apologista de uma aceitação do destino. Para o inglês, o restauro “(...) significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: Uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: Uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída.”²³

Ruskin encarava a arquitectura como objecto da memória, em que a ausência da mesma, impossibilitaria recordar. Como tal, o arquitecto deveria

¹⁹ VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel – Restauração, Vol.1, Coleção Artes e Ofícios, São Paulo: Ateliê, 2000. p.29

^{20/21/22}VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração (op. cit.), p. 65.

²³RUSKIN, John; A Lâmpada da memória, coleção Artes e Ofícios, Ateliê Editorial, 2008.p.79.

dotar a sua obra de um " potencial valor histórico", construindo um objecto com intuito de perdurar no tempo onde a passagem deste, se encarregará de reconhecer esse valor." Pois, de facto, a maior glória de um edifício não está nas suas pedras, ou no seu ouro. A glória está na sua idade (...)”²⁴ e como tal é "(...) naquela mancha dourada do tempo que devemos procurar a verdadeira luz, a cor e o valor da arquitectura" ²⁵

A própria utilização dos materiais deveria ter em conta o factor tempo, logicamente pelo facto da sua durabilidade, mas na questão dos materiais a utilizar, Ruskin acrescenta ainda o valor da pátine. Como tal, a escolha dos materiais deveria prender-se com a sua durabilidade e a capacidade de saber envelhecer.

Em concordância com Ruskin, a questão da preservação do património passa, essencialmente, pela escolha de materiais e técnicas adequadas, que favoreçam a durabilidade mesmo na sua da reabilitação, onde o valor da pátine, tantas vezes desprezado, trará aos objectos o rasto do tempo

Assente na perspectiva de aceitação da degradação do edifício como um processo natural, bem como defendendo o procedimento da restauração como um tipo de agressão, Ruskin sugere a manutenção periódica dos edifícios como forma de prevenção a uma utilização de métodos mais interventivos, que eliminariam a acção do tempo e o testemunho histórico. “Tratem adequadamente dos vossos monumentos, e não precisarão de os restaurar.”²⁶ Acabando por defender que, (...) não temos direito de lhes tocar. Eles não são nossos.”²⁷ Demonstrando então uma orientação teórica para com o património histórico assente numa posição passiva de manutenção perlongada no tempo. Perspectiva esta, que permitiria hoje a observação e contemplação de um exemplo autêntico da sua época, que não permitiria que o edifício nos conte uma história falsa.

^{24/25}RUSKIN, John; A Lâmpada da memória, colecção Artes e Ofícios, Ateliê Editorial, 2008.p.68

^{26/27}RUSKIN, John; A Lâmpada da memória, colecção Artes e Ofícios, Ateliê Editorial, 2008.p.81-82

Camillo Boito (1836-1914), por sua vez, apresenta uma visão " intermédia" aos dois autores anteriormente falados. O arquitecto italiano dá ênfase ao valor documental dos monumentos, sugerindo " que deveriam ser preferencialmente consolidados a reparados e reparados a restaurados"²⁸ encarando este último como " um mal necessário"²⁹.

O autor defende que é injusto deixar desaparecer os edifícios e impedir que futuras gerações o contemplem. Na perspectiva de que o edifício deve ser intocável, o autor defende, à semelhança de Ruskin, a preservação através da manutenção.

Apesar de admitir a hipótese de intervenção no edifício, Boito chama à atenção para os riscos da intervenção segundo Viollet-le-Duc pois, " o arbítrio é uma mentira, uma falsificação do antigo, uma armadilha posta aos vindouros."³⁰ Desta forma, este autor em 1893, enumera um conjunto de princípios para intervenção no construído:

" diferença de estilo entre o novo e o velho; diferença de materiais de construção; supressão de linhas ou de ornatos; exposição das velhas partes removidas, nas vizinhanças do monumento; inclusão, em cada uma das partes renovadas, da data do restauro ou de um sinal convencional; epígrafe descritiva gravada sobre o monumento; descrição e fotografia dos diversos períodos da obra, expostas no edifício ou em local próximo a ele, ou ainda descrições em publicações; notoriedade."³¹

Estes princípios de diferenciação estavam também presentes nas intervenções de Raffaele Stern e Giuseppe Valadier no Coliseu de Roma, anteriormente abordado, bem como no Arco de Tito, intervencionado pelos mesmos.

Alóis Riegl (1858-1905) é defensor de uma perspectiva relativista. Na sua visão, este aceita que não existe apenas uma teoria geral da intervenção no construído. Ele defende que nos monumentos são identificados diversos valores, como tal, estes podem determinar diferentes critérios na intervenção, de acordo com as diferentes situações.

Em, *Culto Moderno dos Monumentos*, ensaio do autor de 1903, explica e diferencia dois tipos de monumentos: os monumentos intencionais e não

²⁸ /²⁹ BOITO, Camillo; *Os restauradores*, colecção Artes e ofícios, Ateliê Editorial, 2008.p.21

³⁰ /³¹ BOITO, Camillo; *Os restauradores*, colecção Artes e ofícios, Ateliê Editorial, 2008.p.58/26

intencionais (artísticos e históricos). Os monumentos intencionais fundem-se numa, "obra de mão humana, construída com o fito determinado de conservar sempre presentes e vivos na consciência das gerações seguintes feitos ou destinos humanos particulares (ou conjuntos de tais feitos e destinos)".³² Por outro lado, os monumentos não intencionais enquadram uma série de obras que não são criadas com um propósito histórico, no entanto, esse valor é-lhe reconhecido posteriormente.

Riegl estabelece ainda duas categorias de valores: memória e actualidade. Os valores de memória estão associados ao passado assentes na história e nas recordações. Os valores da actualidade estão associados ao presente, assentes no valor de uso por satisfação das necessidades contemporâneas, ou um valor artístico relacionado com necessidades espirituais.

Valores de memória

No **valor da antiguidade**, segundo o autor, há uma revelação imediata no primeiro contacto, onde é claro o aspecto não moderno, assinalado esteticamente pelos traços da decomposição imposta pelas forças da natureza, que altera a sua cor e forma, tornando evidente o decorrer do tempo.

Esta fácil percepção leva o autor a afirmar que este valor é de fácil identificação pelas massas. Riegl escreve ainda que " toda a obra humana é assim compreendida como organismo natural cujo desenvolvimento a ninguém é lícito intervir; o organismo deve viver livremente a sua vida até ao fim, e o homem pode, quanto muito, preservá-lo de uma morte temporã." ³³

O **valor histórico** reverte para qualquer produção do passado que busca o seu estado original, ou seja, este valor pressupõem que quanto mais próximo do estado original maior será o seu valor histórico. Riegl defende, à

^{32/33} RIEGL, Alois, O Culto Moderno dos Monumentos e outros ensaios estéticos, Colecção Arte e Comunicação, Lisboa, Edições 70, 2003 p.9/29

semelhança do valor anterior, que este é também um monumento intocável e apenas pode tolerar a acção do tempo. Como tal o processo de conservação passa por uma manutenção que não tenta reverter a degradação mas evitar o seu desaparecimento.

O **valor da memória intencional** permite o restauro pois "uma coluna comemorativa, por exemplo, cuja inscrição estivesse apagada cessaria de ser um monumento intencional" ³⁴

Valores de actualidade

O **valor de uso** está relacionado com a possibilidade de reutilização de determinado monumento. Para tal o restauro é admitido como forma de garantir a sua utilização em boas condições e em segurança. Contudo "ao valor de uso é decerto completamente indiferente, à partida o tratamento a dar a um monumento, desde que não se toque na sua existência" ³⁵

O **valor de novidade** está relacionado com o aspecto completo que o monumento deve apresentar. Tem como objectivo retomar as características originais, pelo que o objecto deve manter as marcas do tempo, retomar a sua forma e cor, cumprindo, assim, as características originais.

O **valor artístico relativo** representa a capacidade de resistência dos monumentos relativamente à passagem do tempo que advém da sensibilidade do homem contemporâneo. Então a definição do conceito

"valor de arte" deverá variar segundo o ponto de vista que cada um adopte. Segundo a concepção antiga, uma obra de arte possuía um valor artístico na medida em que ele respondesse às exigências de uma estética supostamente objectiva, mas não sucedeu nesses dias dar lugar a alguma formulação incontestável. Segundo a concepção moderna, o valor de arte de um monumento mede-se pela maneira com que ele satisfaz as exigências da vontade artística moderna."³⁶

^{34/35} RIEGL, Alois, O Culto Moderno dos Monumentos e outros ensaios estéticos, Colecção Arte e Comunicação, Lisboa, Edições 70, 2003 p.35/42

³⁶ RIEGL, op. cit., p. 41.

O valor artístico relativo tende a defender a conservação do objecto no seu estado actual. Porém, de forma a melhor corresponder à vontade artística contemporânea, esta aberta a possibilidade de remoção dos sinais do tempo.

Cartas e Recomendações Internacionais³⁷

A evolução do conceito de património, bem como, as sucessivas elaborações teóricas, expressas anteriormente, levam à tentativa de elaboração de legislação internacional para a salvaguarda do património construído. As interpretações de Violet-Le-Duc e John Ruskin no século XIX, levaram, finalmente, à realização de congressos sobre o tema, ainda no mesmo século. No entanto, só na década de 30 do século XX é que foi atingida uma dimensão internacional. Após o encontro da Liga das Nações em 1930, é realizado no ano seguinte, em Atenas, o I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos, que seria considerado o marco inicial de todo o processo, e do qual resultaria a Carta de Atenas.

Nesta linha de pensamento, a análise cuidada dos documentos gerados e viabilizados sobre o tema é essencial para que se perceba qual o método de intervenção que mais se ajustou. Abordando-se algumas das principais Cartas Patrimoniais que visam a protecção do património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, assim como, os diversos graus de intervenção, estabelecem-se os critérios de intervenção, indispensáveis na formulação do projecto arquitectónico. O objectivo fulcral prende-se com a ideia de submeter o monumento a um conjunto de operações que o regenerem, sendo evitadas quaisquer acções intrusivas que o descaracterizem.

Neste tema é feita uma selecção onde são abordados os documentos com maior impacto geral na intervenção do construído. Esta escolha prende-se com o facto de muitos dos outros documentos serem inspirados nestes, reformulando pequenas situações ou introduzindo contextos específicos.

³⁷ Anexo I, cronologia de cartas e convenções internacionais sobre património.

Assim, da análise das Cartas posteriores, constata-se que quanto ao tema não existem significados estanques, os mesmos são evolutivos, essa é aliás um dos principais factores que contribuem para a realização das inúmeras convenções sobre o património e restauro. As intervenções a realizar devem resultar de uma contribuição multidisciplinar e pode incluir, nomeadamente, a arquitectura, o planeamento urbano, arquitectura paisagística, a engenharia, a antropologia, a história, a arqueologia ou a etnologia, e devem ser estabelecidas cooperações com as instituições adequadas.

A inexistência de uma fórmula tipo para qualquer que seja o género da intervenção, exige uma abordagem detalhada e fundamentada sobre o que se pretende. Deve ser dada prioridade à manutenção dos monumentos e à sua adaptação a funções úteis à sociedade, sem que o elemento original perca predominância, como explicitado na Carta de Veneza.

Carta de Atenas 1931³⁷

O I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos é realizado em Atenas em 1931, tendo como tema a longevidade dos monumentos históricos. A Carta de Atenas foi assim o primeiro documento internacional a incidir sobre o património e o seu restauro. Dando prioridade à valorização e recuperação de monumentos degradados, foram elaboradas as primeiras medidas legislativas e abordadas técnicas de conservação. Também discutido o papel da educação no respeito pela herança construída como um bem comum em detrimento dos interesses individuais e a utilidade da documentação na cooperação entre os países envolvidos. Devido à complexidade do tema, a carta estabelece critérios gerais de adaptação da legislação de cada nação, bem como aconselha a colaboração de especialistas internacionais e do conselho internacional de museus.

Nesta medida, a carta eleva a importância da envolvente e incorpora a utilização de novos materiais como recurso no restauro, porém, sempre que possível, não se deve recorrer à desmontagem. Em relação às ruínas, estas

³⁷ CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ATENAS SOBRE O RESTAURO DOS MONUMENTOS. Atenas: Serviço Internacional de Museus.

devem ser consolidadas recorrendo a elementos originais e a introdução de novos materiais deve ser identificável. Contudo, a carta reconhece que cada caso é um caso, pelo que antes de qualquer intervenção deve existir um levantamento completo de todas as suas patologias.

Numa visão pessoal, esta carta trouxe um contributo pertinente, no sentido de alertar para a importância de se desenvolver, previamente, um estudo mais intensivo do objecto a reabilitar e do meio envolvente, por forma a apurar patologias e/ou outras variantes que possam vir a favorecer ou não a reabilitação de um dado objecto.

Carta de Veneza 1964³⁸

O acontecimento que marcaria o avanço mais significativo do estado da arte foi a criação da Carta de Veneza, aprovada no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos, na cidade Italiana em 1964. Mais do que uma actualização da Carta de Atenas, serviu para alargar a definição de monumento ao meio envolvente, caso este também possua uma relevância histórica. É também referido, que na conservação e restauro de monumentos, devem ser usadas todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e protecção do património. Adianta ainda que a essência do monumento não deve ser alterada pelas intervenções, pelo que este não deve ser retirado do seu “ambiente” nem tão pouco despojado de alguma das suas partes. A intervenção deve ser feita respeitando os materiais originais e a documentação existente, bem como precedida e acompanhada por um estudo histórico-arquitectónico do monumento. Sublinha, ainda, a importância das diferentes contribuições de cada época, sendo que os acrescentos que se considerem necessários devem integrar-se no carácter do monumento. Possibilitando, ao mesmo tempo, a sua distinção e evitando falsos registos temporais. Contudo, a intervenção efectuada deve reflectir uma linguagem contemporânea. Por vezes mal interpretada, pelo que pode levar a um contraste novo-antigo exagerado.

³⁸ II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS E TECNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS. Veneza:ICOMOS.1964.

Em suma esta é uma Carta que manifesta preocupação, não apenas com o objecto arquitectónico mas também com o seu meio envolvente, encarado como parte integrante do monumento. Sublinha também a necessidade de legitimar a intervenção através da documentação de todo o processo e do estudo do monumento que facilite e informe eventuais intervenções futuras.

Do congresso de Veneza em 1964 há ainda que salientar a viabilização da formação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), organismo independente ligado à UNESCO, com o objectivo de dar resposta à procura por uma homogeneidade de parâmetros na elaboração de projectos e a uma permanente actualização de conceitos e critérios operativos. Com a sua formação, muitos temas relacionados com a intervenção no património têm sido abordados em busca dessa homogeneidade, levando à criação de várias recomendações no seguimento da carta de Veneza.

Carta de Cracóvia 2000³⁹

Na Polónia em 2000 é elaborada a carta de Cracóvia, na qual cada comunidade é responsabilizada pela identificação e gestão do seu património, tendo em consideração a memória colectiva. Sendo os monumentos possuidores de valores, que estão sujeitos a alterações com o passar do tempo, importa desencadear na comunidade uma consciência quanto à necessidade de preservar os bens culturais construídos como meio de registo da sua evolução cultural. Os métodos utilizados na preservação do património devem adaptar-se a cada situação em particular e serem evolutivos. Como tal é imprescindível a elaboração de um projecto de conservação, o qual deve ser amplamente debatido de modo a obter-se um projecto de restauro. O projecto de restauro deve ser encarado como uma estratégia a longo prazo, do qual deve ser parte integrante a recolha de documentação do edifício e da sua envolvente. Também deve incluir o estudo dos materiais tradicionais, novos, o estudo estrutural, análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sociocultural. Neste sentido, no projecto de

³⁹ PRINCIPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DO PATRÍMONIO CONSTRUIDO. Cracóvia, 2000

restauro devem participar todas as disciplinas pertinentes e a coordenação deve ser levada a cabo por uma pessoa qualificada na área da conservação e restauro. Pretende-se ainda evitar reconstruções significativas no estilo original da sua construção. Estes falsos históricos apenas devem ocorrer pontualmente e salvo raras excepções. Deste modo, qualquer intervenção deve procurar uma linguagem actual. Quanto à reconstrução total de um edifício, destruído em situação de guerra ou catástrofe natural, é apenas aceite, se existirem motivos sociais ou culturais excepcionais, dos quais a comunidade local esteja estritamente dependente.

Em Cracóvia começa a existir uma maior abertura do significado de património construído, passando este a englobar a “decoreção” do edifício, desde o mobiliário a elementos artísticos como a estatuária. Quanto aos conjuntos construídos, quer de cidades ou aldeias históricas, devem ser entendidas como um todo e não passíveis de ser desassociadas, bem como ao alargamento da necessidade de gestão e preservação às paisagens envolventes e o entendimento destas como parte constituinte de um todo.

Importa, por fim, realçar a pertinência de todas estas convenções, nas quais se pôde analisar o crescimento e maturação do conceito de património, assim como, às várias ideias debatidas acerca da reabilitação patrimonial. Neste ponto do texto, pode, desde já, concluir-se e reafirmar-se a importância de entender o edifício como pertencente a um meio envolvente que deve estar no cerne de estudo de qualquer acção no património. Sendo assim, entende-se o património não como uma peça separável do meio mas sim como um peça pertencente a um todo. Foi com base nesta ideologia que se procurou sustentar o projecto desenvolvido.

Debate actual

Tendo-se já analisado, numa linha cronológica, o desenvolvimento da forma de pensar uma intervenção no construído, importa, agora, dinamizar esta análise com uma perspectiva da actualidade. É possível constatar que a intervenção no construído se tem revelado, nos últimos anos, uma resposta na reabilitação de espaços urbanos nas cidades contemporâneas. A forma de interacção do homem no património construído tem-se dilatado ao longo dos tempos, como é constatado no corpo da presente dissertação. A heterogeneidade do debate actual, culmina na não existência de uma única teoria geral para a intervenção no construído que, por sua vez, leva a importância de ter em conta as contribuições teóricas anterior expostas, de forma a fundamentar a prática da arquitectura.

Para o arquitecto Solà-Morales a intervenção no construído é um verdadeiro exercício perspéctico visto que é "(...) sempre um problema de interpretação de uma obra de arquitectura já existente", onde " as possíveis formas de interpretação que se põe, são sempre formas de interpretar o novo discurso que o edifício pode produzir"⁴⁰ para tal é fundamental "(...) repensar a nossa relação com os edifícios históricos"⁴¹ e encará-los com "(...) uma atitude de intervenção projectual."⁴²

Sendo este um assunto complexo e subjectivo, a leitura por parte do arquitecto estará condicionada pelos valores identificados na preexistência em determinado momento e contexto, sendo que "(...) tende hoje a considerar-se que cada caso é um caso e que a teoria da intervenção nascerá de cada circunstância nunca generalizada".⁴³

Fernando Távora dizia,"(...) cada arquitecto é um "restaurador" no sentido mais preciso do termo: Procura as melhores qualidades que já estão no lugar ou no edifício". Como tal a prática da arquitectura, também quando esta se confronta com uma pré-existência, resume-se a um exercício de interpretação. Entrando nesta equação a precedência como ferramenta de

^{40/41/42} SOLÀ-MORALES, Ignasi – Intervenciones. (ed.) Xavier Costa. Barcelona: Gustavo Gili,2006.p.31

⁴³ COSTA, Alexandre Alves. Op.cit.p.9

trabalho para atingir o resultado final. Contudo, esta prática revela-se ambígua e pode derivar em inúmeras soluções, deixando aberto o campo da imaginação e inovação contemporâneas. É neste ponto que as contribuições teóricas podem ter um papel conciliador utilizando as suas ideias base e não necessariamente como uma imposição mas sim como linhas orientadoras do pensamento ou parâmetros a ter em conta para com a prática projectual. É importante compreender que este processo contém sempre riscos que devem ser assumidos e aclarados através de debate e confrontação de ideias distintas. Pelo que as intervenções contemporâneas em património construído devem ter um carácter de sensibilidade na sua relação através da continuidade ou rotura

"O arquitecto não é um especialista. A vastidão e variedade de conhecimentos que a prática de projecto hoje evolve, a sua rápida evolução e progressiva complexidade, de modo algum permitem conhecimento e domínios suficientes. Relacionar - projectando - é o seu domínio, lugar do compromisso que não significa conformismo, da navegação entre a teia das contradições, o peso do passado e o peso das dúvidas e alternativas de futuro- aspectos que explicam a inexistência de um tratado contemporâneo de arquitectura."⁴⁴

A não existência de um tratado contemporâneo de arquitectura, como Álvaro Siza justifica, não significa que os arquitectos não possam organizar a matéria construída, de forma a perceberem as várias atitudes projectuais identificadas na prática da disciplina. Esta estruturação é por vezes simplificativa, pois tenta generalizar atitudes distintas em locais e objectos de enquadramentos díspares. Contudo este raciocínio pode ajudar o arquitecto a organizar e justificar a sua proposta.

Francisco Garcia defende que existem três formas gerais de intervir no construído: inclusão, intersecção e exclusão.⁴⁵ Nesta linha de acção, a inclusão refere-se à inserção de uma forma nova no existente, respeitando os limites físicos do mesmo, aceitando alterações essencialmente no seu interior. Numa segunda forma, a intersecção engloba a preexistência e a nova intervenção, sendo que se assumem em espaços próprios e comuns, resultante da alteração dos limites da preexistência. A última forma refere-se à exclusão que, contrariamente aos anteriores, não contempla o contacto entre os dois tempos,

⁴⁴ VIEIRA, Álvaro Siza – 01 textos. Porto: civilização ed. 2009. P.167

⁴⁵ GARCIA, Francisco – Construir en lo Construido: Arquitectura como Modificación. 3ª edição.

prevendo a autonomia de cada corpo. Como tal a relação é estabelecida entre as partes através de desenho ou de um terceiro elemento que não elimina a sua autonomia. Assim, o autor refere, ainda, que o resultado das relações estabelecidas, enumeradas anteriormente, classifica as situações em modificação circunscrita ou modificação do lugar.

Neste sentido, a reutilização de estruturas do passado ocupa hoje uma grande parte do exercício da arquitectura contemporânea. Numa visão pessoal, este facto reforça a ideia de que o arquitecto deve procurar entender melhor as especificidades do tema com o conhecimento teórico e prático em volta da intervenção no construído, com o objectivo de validar, com uma melhor compreensão e enquadramento, as opções de projecto.

Traça-se então o caminho da arquitectura contemporânea, guiada pelas sensibilidades na relação novo-antigo, em que esta pode assumir o caminho da continuidade ou da ruptura onde os riscos associados, que vão sempre existir, devem abrir espaço ao debate das distintas opções, de forma a clarificar o discurso.

Relação novo antigo, continuidade ou rotura

Tendo em conta que a relação que se estabelece entre o novo e o antigo é sem dúvida o tema central da intervenção no construído, importa, agora, compreender as relações entre os novos elementos do projecto e a pré-existência. De acordo com um conjunto de relações estabelecidas entre os dois tempos, aprofundar-se-ão questões em torno da forma, articulação e materialidade.

A intervenção no construído e o seu conjunto de relações entre novo e antigo tem na sua linguagem duas divisões possíveis reproduzidas numa abordagem por continuidade ou rotura. Solà-Morales identifica estas relações possíveis como analogia ou contraste. Posto isto, a materialização de uma qualquer intervenção pode exprimir várias relações para com a pré-existência - acrescentar, ampliar, sobrepor, inserir, englobar, separar, manipular, etc. Contudo, a qualidade do objecto final não tem uma correspondência directa com o tipo de relação entre as estruturas, mas sim com a capacidade de ajuste ao carácter e dinâmica da preexistência. Neste sentido, é importante que a proposta tenha em conta esta relação, onde pode esta ser estabelecida por analogia e continuidade ou contraste e rotura

A relação entre a intervenção contemporânea e a preexistência por meio de uma analogia e continuidade, pressupõe situações de conexão entre as partes, utilizando semelhanças entre elementos importantes da pré-existência que se revêm na proposta nova, numa leitura final de linguagem de afinidade e correspondência. Esta analogia abrange, hoje, não só características formais e tipológicas estendendo-se, também, a uma correspondência conceptual e construtiva.

Por sua vez, a postura de rotura e contraste entre o novo e o antigo, pretende o carácter de diferenciação reproduzido na textura, materiais ou forma. Esta diferenciação não parte de uma negação do passado ou tem como intenção criticar, mas sim uma vontade de evidenciar os elementos da composição, distinguindo claramente as duas partes. Estas características podem também ser lidas em contribuições teóricas anteriores. Camillo Boito defende esta mesma posição, perante a necessidade de intervenções

profundas, bem como na Carta de Atenas. Esta intenção de contraste pretende assegurar uma correta compreensão e enquadramento dos objectos, distinguindo as partes de forma clara, evitando falsas interpretações do construído.

CAPÍTULO III

Casos de Estudo

Tendo em conta a fundamentação teórica já apresentada, sustentadora dos ideais de acção em que o formando acredita, importa, antes de passar à apresentação da proposta de intervenção no construído, apresentar, de forma breve, alguns projectos em que a intervenção do arquitecto reabilitou o objecto de acordo com o meio envolvente. Nesta medida, garante-se a forma e essência arquitectónica do objecto. Ao longo destas análises poder-se-á evidenciar um equilíbrio entre os moldes contemporâneos e as características do objecto inicial construído numa outra época, bem como um posicionamento de maior contraste ou analogia perante as duas partes.

A escolha dos casos aqui apresentados não recai sobre uma perspectiva de análise em relação a programas equiparáveis com a sua proposta de intervenção, mas de forma a dar um encadeamento lógico das ideias anteriormente expostas. Desta forma, incide sobre intervenções contemporâneas em património construído que de alguma forma influenciou ou foi tida como referência no desenvolvimento da mesma.



Casa dos 24, Porto (1995-2004) - Fernando Távora

A intervenção do arquitecto é localizada no antigo edifício dos paços do concelho (8). Erguida lado a lado com a Sé do Porto, a torre dos 24 forma um espaço de memória de vida e história da cidade do porto. Aquando da intervenção, o espaço carecia de tratamento urbano decorrente de diversas demolições nos anos 40 do século XX (9, 10). Estas demolições neste local tinham como objectivo a

limpeza do espaço de forma permitir a visualização mais clara da Sé, isolando o objecto do seu contexto urbano de forma a enaltecer a sua monumentalidade. Destas demolições resulta a construção de um espaço amplo de contemplação do edifício. Távora assume uma posição contra esta atitude ao interromper o silêncio criado em torno do edifício monumental, erguendo das ruínas uma torre do século XV.



8- Ruína existente 1990



9 -Preexistência antes das demolições



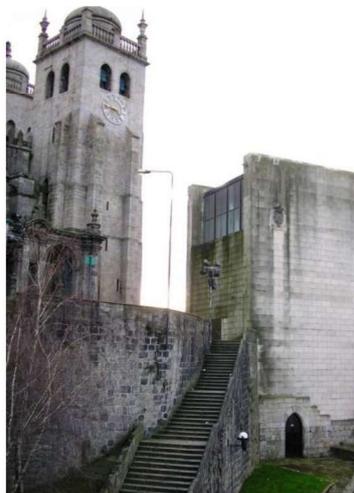
10 -Vista da Sé, demolições 1939

A sua materialização busca a relação com a presidência, envolvente e a Sé. De uma forma conceptual e material, o edifício ergue-se com base na preexistência, contudo a nova construção assume um carácter contemporâneo mas ao mesmo tempo procura a identificação com a história do local. A sua proposta busca a integração da forma na envolvente. Apresenta uma altura de 100 palmos, em analogia à torre antiga, de forma a estabelecer uma relação para com a altura dos edifícios típicos do local. Esta referência é de tal forma importante que o arquitecto grava no granito da fachada uma mão, de forma a introduzir a medida modular do edifício actual em relação à utilização da medida antigamente. A utilização desta medida como bitola no desenvolvimento do projecto revela, da parte do arquitecto, uma leitura e compreensão da história e dos valores culturais da relação do Homem com a construção. (11)

Utilizando processos construtivos contemporâneos como a estrutura em betão e a placagem de pedra com junta seca, o arquitecto dá à obra uma leitura da sua época. Embora o seu revestimento se destaque diferente, a utilização do mesmo granito presente na envolvente e mesmo uma estereotomia semelhante, reverte para uma analogia da preexistência. O próprio tempo e o envelhecimento do novo revestimento darão ao edifício um carácter ainda mais harmonioso aproximando-se do visual das estruturas anteriores que o envolvem. (12, 13) Távora atribuí, ainda, um detalhe na confrontação do novo com o existente que permite a melhor identificação dos dois tempos pois, no contacto destes, o novo recua perante o antigo visionando e diferenciado a coexistência no mesmo edifício.



11 Pormenor palmo



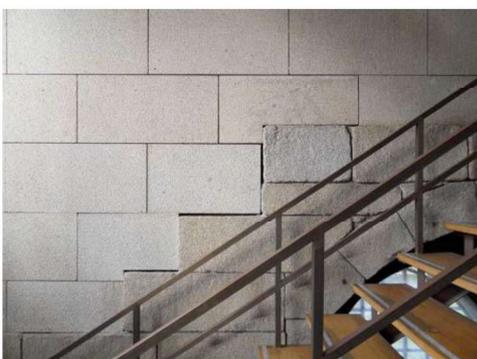
12 Foto actual



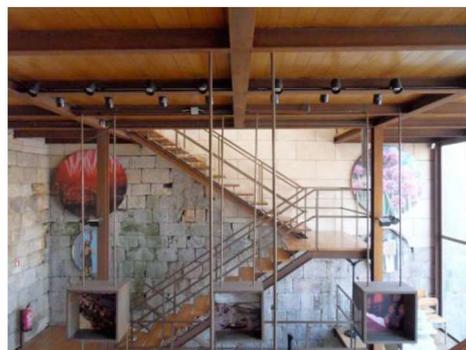
13 Foto após conclusão

O edifício é composto por dois planos cegos (norte, sul), em oposição ao alçado da entrada e ao alçado poente, este último totalmente envidraçado, dá ao utilizador uma vista sobre a cidade. Estes dois alçados têm sim maior carácter de contraste para com a presidência, contudo o palmo continua a estabelecer relações de dimensionamento, que neste caso atribui altura do módulo do vão com 10 palmos. Nesta fachada pode encontrar-se uma analogia com os contrafortes da Sé, pois o envidraçado aparece na composição da fachada ligeiramente recuado aos planos que advêm dos alçados laterais.

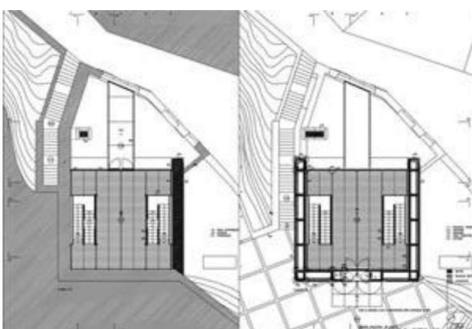
Já no seu interior, o edifício desenvolve-se em três pisos. O piso da entrada, de pé direito triplo, dá uma vista enquadrada da cidade a poente sob a sua cobertura dourada. O piso inferior intermédio dá um acesso exterior por uma ponte metálica até ao limite da ruína, já o seu piso da cota da rua a poente dá o acesso ao pátio murado da ruína. A estrutura dos pisos desenvolve-se sobre uma estrutura metálica revestida com soalho que de alguma forma invoca as estruturas dos pisos antigos.



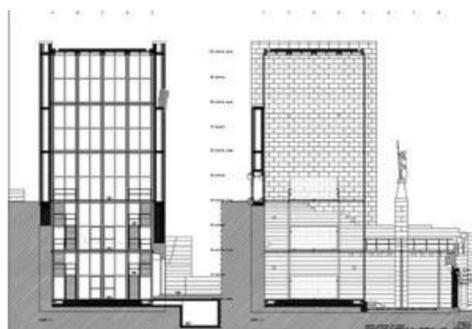
14 Detalhe interior do confronto antigo/novo



15 Piso intermédio



16 Planta do piso intermédio/entrada



17 Secções verticais

Obra envolta em enorme controvérsia, encontra em si um carácter monumental até hoje pouco compreendido, principalmente pela sua confrontação com a Sé do Porto, bem como a própria intervenção

contemporânea sob uma ruína com enorme valor histórico. Contudo e compreendendo que o edifício é na sua essência um monumento moderno da cidade do Porto, importa aqui a analogia feita pelo autor que tenta uma linguagem de continuidade, assumindo o seu tempo como forma de enquadramento e justificação do edifício. Como tal, a obra é analisada aqui numa perspectiva de um posicionamento válido entre o novo e o antigo que de alguma forma, de acordo com muitas opiniões favoráveis e desfavoráveis, se encontra a estabelecer um limite neste ponto. Contudo, e fazendo uma referência ao projecto abordado no capítulo seguinte, embora a obra seja uma sobreposição, o autor busca o respeito máximo possível pela precedência e é essencialmente no toque dos tempos que se encontra uma ligação com a proposta.

Casa do conto, *Arts and Residence*, Porto

Esta obra é seleccionada como caso de estudo devido à sua história trágica de destruição, que é acompanhada por dois processos de reabilitação. Esta situação revela a importância aquando do seu estudo, no sentido que demonstra duas versões finais da mesma obra. Com o mesmo objectivo de programa, o ateliê portuense Pedra Líquida, tem atitudes distintas perante a preexistência, demonstrando assim o interesse em estudá-las, de forma a compreender melhor as diferenças da intervenção num objecto bem conservado ou num objecto bastante destruído. Mesmo na aparência que os arquitectos expressam a sua analogia e contraste perante o existente, o objecto revela interesse no seu estudo, pois o seu estado de conservação leva a posturas diferenciadas, onde a materialidade do novo assume um papel relevante na compreensão de uma obra contemporânea de reutilização de uma estrutura antiga.

Casa do Conto, Porto (2008/2009) – Joana Couceiro e Alexandre Grande



18 Alçado de rua

O edifício é uma casa burguesa típica do Porto, em muito bom estado de conservação, que inicialmente teria os seus salões com tectos em gesso a simular madeira; organizada com uma escadaria central em pinho de Riga; protegida por uma balaustrada torneada de madeira marcada por uma claraboia; onde nas paredes do salão apareciam pintadas falsas portas, de forma a estabelecer uma relação de simetria no seu interior e elevar o carácter do mesmo. Na última utilização, antes da intervenção, o edifício assumiu uma utilização de “residência” com o aluguer dos quartos a vários estudantes. O que originou a criação de divisórias improvisadas e as paredes revestidas a papel, não chegando, contudo, a tocar na fragilidade dos seus tectos.

Na intervenção levada a cabo pelo ateliê Pedra Líquida tinha como objectivo a reconversão desta casa burguesa em hotel, onde a vontade de criar um espaço diferente de hotel e o estado de boa conservação do edifício permitem uma intervenção que respeite o essencial. A atitude perante o existente é de restabelecer a sua forma e materialidade original, onde as madeiras presentes, mesmo no seu soalho são devolvidas ao estado natural e inicial. O acesso vertical pelas escadas recebe a intervenção na clarabóia (20), que aumenta a sua presença proporcionando ao espaço uma maior luminosidade. A necessidade de introdução de infra-estruturas é feita de forma oculta. A materialização de espaços novos ocorre com recurso a uma linguagem contemporânea em placas folheadas a madeira. Deste modo, esta técnica atribui a estas estruturas uma leitura clara de diferenciação temporal e ao mesmo tempo uma certa vertente temporária de fácil remoção (21). Como são exemplo os volumes que surgem nos quartos que alberga a I.S. e arrumos, ou mesmo, o revestimento das paredes do piso superior.



19 Vista do alçado posterior



20 Relação escada clarabóia



21 Relação novo antigo

O programa assumia um âmbito mais público no piso da entrada, bem como no piso inferior, desenvolvendo-se nos pisos superiores o programa mais privado de quarto, tendo como ponto comum e divisor a centralidade do acesso vertical.

Nesta obra o posicionamento do autor assume uma base de claro contraste entre novo-antigo. O estado de conservação do edifício permite que a intervenção ganhe aqui um carácter de restabelecimento do aspecto original,

onde esta forte presença dos elementos do passado leva o autor a assumir uma posição de contraste na adição de novos constituintes. Porém, o material predominante escolhido pela sua colocação e leitura assume um contraste, não deixando de ser, também uma analogia com um sistema de divisão antigo reinterpretado num sistema construtivo contemporâneo

Casa do conto, Porto (2009/2011) – Pedra Liquida



22 Alçado de rua

Após a destruição provocada por um incêndio, apesar do conhecimento de todas as partes constituintes do anterior objecto, o posicionamento de projecto adquire uma concepção por analogia, não numa forma de restabelecer a anterior composição integral do edifício, mas com uma leitura mais contemporânea referenciada na preexistência.

O programa não sofre alterações de grande relevância em relação ao anterior, continuando o seu interior mais público a desenvolver-se nos dois pisos inferiores e o programa mais privado nos pisos superiores.

A alteração mais visível na configuração geral das plantas é a realocação do acesso vertical com a introdução também do elevador, que adquire uma localização mais centralizada com o perímetro do edifício. Desta forma, permite aproximar os espaços adjacentes em termos de área utilizável, possibilitando, principalmente, que os quartos tenham uma superfície habitável equiparada entre eles.

Nesta última intervenção o material utilizado para dar forma ao novo objecto é o betão. Material que reflecte um contraste directo pela sua contemporaneidade. Este elemento é aqui utilizado de uma forma estrutural mas também criando uma analogia com o passado. Fazendo renascer o edifício com um carácter predominantemente mais contemporâneo, o betão aparente é utilizado como material moldável para evocar a estrutura do

passado. Esta analogia é visível em todo o edifício numa aproximação abstracta entre o novo e o antigo. A caixa de escadas renasce com o contramolde gravado nas suas paredes de alusão à estrutura de tabique em espinha que sustentava a anterior, iluminada por uma nova clarabóia (25). As casas de banho cúbicas aproximam-se das anteriores criando uma ligação até com um passado mais recente (24). Assim, no seu exterior, o betão que constitui a fachada posterior bem como o piso superior, molda-se numa referência às chapas onduladas do revestimento (23). De uma forma mais abstracta, as inscrições a baixo-relevo, encontradas nos tectos gravadas no betão das lajes, buscam uma relação com os tectos trabalhados do edifício anterior (24).



23 Vista do alçado posterior



24 Vista interior de um dos quartos



25 Relação escada / clarabóia

O suporte destes detalhes de projecto que invocam o passado, apenas são validos porque existe um conhecimento alargado da parte do colectivo de arquitectos em torno da história do edifício. A não contextualização dos detalhes tornaria estes vagos associados em aspectos decorativistas, ou mesmo, a associação dos mesmos a suposições não fundamentadas, atribuir-lhes-ia um vínculo de ilusão para com os seus utilizadores.

A escolha deste caso de estudo recai sobre este conhecimento alargado do ponto de partida, que fundamenta uma posição de contraste ou analogia, que tenta fundamentar a posição de contraste, expressa pelo autor da presente tese, no projecto desenvolvido e apresentando posteriormente.

A utilização do betão na maioria desta última estrutura apresentada, assim como, a forma como este se molda na sua analogia, abre também

espaço para a utilização do mesmo material no edifício proposto no capítulo seguinte desta dissertação, na medida em que sendo as referências do preexistente praticamente desconhecidas o betão assume nela uma textura limpa. Como tal, sabendo desta característica plástica deste material, de uma forma abstracta, o material molda-se à inexistência de relação possível, permanecendo uma superfície contínua.

Belen clube, Lisboa (2012 - 2015) - José Adrião



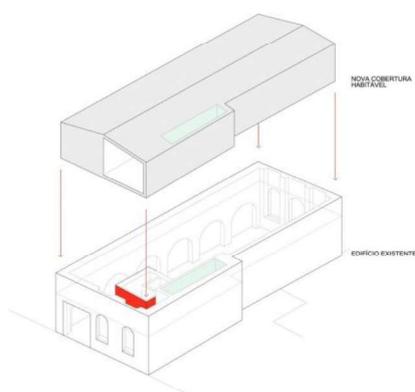
26 Frente de rua

Localizada na Rua da Junqueira Lisboa, a intervenção do arquitecto José Adrião teve como objectivo transformar o edifício existente e devoluto na nova sede do Belem Club. O edifício existente tinha um carácter de utilização industrial e era composto por um corpo de planta livre com cerca de 5 metros de cêrcea. O enquadramento histórico do edifício não é referenciado pelo arquitecto como sendo de valor acrescentado arquitectonicamente, contudo revela-se enquadrado no perfil de rua e na sua unidade. Neste sentido, uma das razões para a utilização das paredes e limites da pré-existência evoca um carácter económico, fazendo, assim, uma gestão de recursos reutilizando o que já existia no local. Como tal, o que pode ter impulsionado a reutilização da estrutura é a questão das consequências da sua demolição. Esta poderia ter implicações em termos de redução de ocupação do lote, que faria com que uma nova construção, a cumprir o programa proposto, demonstra-se demasiada imposição e dissemelhança na leitura da composição do alçado de rua. Esta preocupação de equilíbrio, entre o conjunto das frentes de rua, torna-se evidente na análise dos desenhos do autor, onde delimita a altura máxima da sua construção através de uma linha média das alturas dos edifícios adjacentes.(27)



27 Esquema do autor

A intervenção minimalista do arquitecto, explica-se, esquematicamente, em uma nova cobertura habitável que encerra e cobre o perímetro do edifício existente (28). Desta forma esta divisão de espaços estipula também o carácter privado e público do edifício, sendo que a parte privada se desenvolve na adição e o carácter público se situa na pré-existência.



28 Esquema do autor



29 Vista posterior



30 Porta de entrada

As alterações feitas directamente na pré-existência são essencialmente duas. Uma tem a ver com o redesenhar da porta de entrada da fachada principal, onde se encontrava um portão quadrangular de garagem. Perante isto, o arquitecto opta por harmonizar esta fachada através da consonância dos vãos, propondo uma porta com padieira em arco (30), à semelhança do desenho dos vãos de janelas existentes. Esta manipulação dá à fachada existente um carácter de unidade, eliminando o que possivelmente foi uma introdução posterior e funcional. Neste vão a opção de encerramento, recuado em relação à fachada, permite a identificação desta manipulação, bem como o facto da inexistência decorativa na “moldura” do vão que atribui a este pormenor uma face mais simples e contemporânea.

A segunda alteração visível na pré-existência prende-se com a uniformização de cor do objecto. O arquitecto utiliza a cor branca para pintar todo o edifício existente eliminando, assim, o jogo de cores presente na utilização do tijolo para os detalhes decorativos presentes na fachada. Esta atitude eleva a afirmação já proferida, de que o relevo patrimonial histórico/arquitectónico não se aplica nesta pré-existência. No entanto, o respeito pelo património construído assume-se pela continuidade da estrutura,

demonstrando consideração pelo trabalho e pela mão-de-obra que o edifício carrega consigo.

Importa ressaltar que a cor no edifício permite também que este se enquadre no conjunto entre o novo e o antigo. Apesar do novo recorrer a um revestimento metálico, a sua materialidade distingue o tempo onde a cor unifica o corpo. Assim, a diferenciação de materiais bem como o recuo do novo perante o antigo reforça esta intenção de distinção do arquitecto. Pode perceber-se pela cobertura habitável, que surge como segundo espaço utilizável, ao mesmo nível do primeiro andar, erguendo-se como de uma extrusão dos limites internos do edifício antigo.

Entende-se, porém, que o seu interior e o seu programa, não se revelam tão pertinentes para o estudo da relação entre novo e antigo. No entanto, o trabalho do autor passa por assumir o espaço existente amplo, apenas com a introdução de um núcleo onde se encontra o bar, bem como o acesso ao piso superior. No interior da pré-existência aclaram-se as suas linhas e uniformiza-se a sua leitura material, de forma a unificar todo o volume.

Contextualização e justificação da proposta

Introdução à reflexão da proposta

Perante o exercício da disciplina de Projecto 5, em que o mesmo se prendia com a utilização de uma estrutura existente como ponto de partida para o objecto final, surge a temática deste trabalho. Tal como explanado na introdução desta dissertação, a questão inicial que rege o desenvolvimento do trabalho é: como intervir numa pré-existência?

O aprofundamento das questões teóricas e da evolução da temática na história revela-se importante para a interpretação do tema. Revela-nos essencialmente valores perspécticos sobre os quais o arquitecto deve reflectir aquando da prática projectual. Compreender as várias posições defendidas ao longo dos tempos e observar o discurso contemporâneo, leva-nos hoje a assumir a impossibilidade de criar uma teoria geral para intervir no construído, pois as diferentes perspectivas que são visíveis na história culminam numa visão heterogenia do tema.

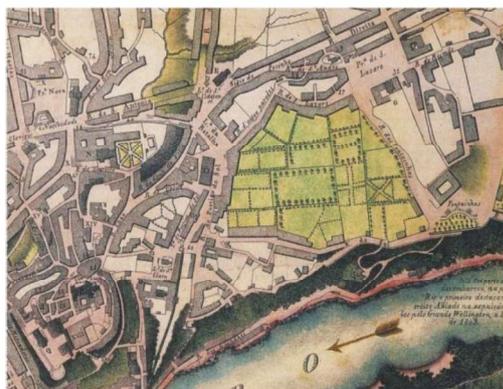
A abordagem a uma pré-existência é hoje entendida numa lógica inerente à capacidade interpretativa individual, um exercício perspéctico em que cada caso é um caso. No decorrer do trabalho é visível que todas as contribuições teóricas estão também assentes numa perspectiva pessoal, mesmo as convenções internacionais que visam estabelecer regras na intervenção do património, aparecem como linhas gerais de interpretação heterogénea. De uma forma geral, pode considerar-se que a abordagem da temática sempre conteve um carácter diverso e, hoje, após entender este facto de impossibilidade de generalização do tema, o exercício de construir no construído será sempre diferente dependendo de especificidades e circunstâncias de cada contexto, programa e autor. Porém “ ser contemporâneo do próprio tempo por si só não é suficiente, e é por isto que é necessário aprender a lição do passado”⁴⁶, a importância de levar para o exercício de projecto o conhecimento teórico, metodológico, técnico do existente e do passado, de forma a estabelecer uma melhor relação entre os tempos, contribuirá em parte para um melhor resultado final.

⁴⁴ BATTISTA, Nicola Di – A Lição do passado. In CANNATÀ, Michele – Construir no tempo. 1ª edição Lisboa: 1999. P.11

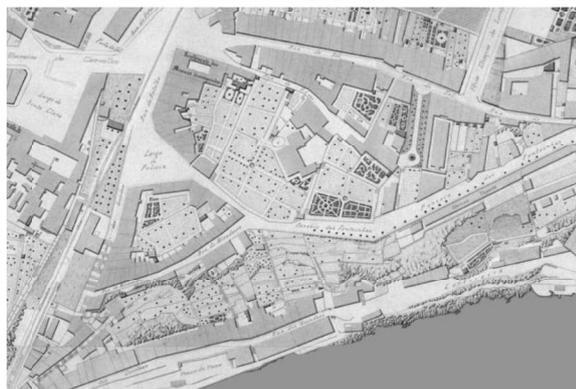
Contexto histórico do local⁴⁵

Geograficamente, o local situa-se perto do centro da cidade velha do Porto junto a um fragmento da muralha medieval, classificada em 1926 como monumento nacional. A zona mostra claramente um problema aberto relacionado com a destruição de uma parte importante do Porto compreendida entre o passeio das Fontainhas, Guindais, Batalha.

A conhecida Muralha Fernandina concluída em 1376 tem aqui uma das portas de acesso à cidade amuralhada, conhecida como porta do sol. A entrada a nascente da cidade foi destruída em 1790, inserindo-se numa série de demolições levadas a cabo na segunda metade do século XVIII, com o objectivo de alargar a cidade às cotas altas, conhecido como Plano Almadino.



31 cidade do porto, George Balck, 1813



32 planta topografica da cidade do porto, A.G.Telles Ferreira, 1892

A lógica de intervenção urbana dos anos 60 descaracterizou esta zona da cidade. Esta intervenção baseou-se na vontade de articular a ponte antiga com outras partes da cidade, tendo surgido a destruição de quarteirões para abrir lugar a um viaduto. A sua função utilitária de resolução de fluxo rodoviário torna esta estrutura necessária, porém a passagem do viaduto restringiu-se a isso mesmo e a sua interacção com a envolvente ficou comprometida. A obra é lançada pela Camara Municipal do Porto em 1978 que previa, numa primeira fase, a expropriação de terrenos e a construção da estrutura rodoviária. A segunda fase, que previa a construção de zonas administrativas e comerciais sob o viaduto, bem como a consolidação da envolvente, nunca chegou a

⁴⁵ a contextualização histórica da envolvente tem como principal fonte: JÚNIOR, Jaime Augusto Pires de Magalhães – Entre o Plano e o Declive. EAPA

avançar como uma solução permanente necessária para o enquadramento desta estrutura na área circundante. Assim continuou até aos dias de hoje, na sua maioria, com uma utilização de estacionamento automóvel, desvalorizando as potencialidades do local. Esta segunda fase, que não se chegou a realizar, teria sido de extrema importância para amarrar o viaduto à cidade, pelo que, hoje, esta peça, sem um desenho urbano que a remate, se encontra deslocada do local.



33 Planta de expropriação para o prolongamento da Rua D. de Loulé 1965



34 Planta de urbanização e projecto de prolongamento Rua D. de Loulé 1965 (duas fases)

A degradação lenta da área das fontainhas é acelerada com desprendimentos na escarpa que ocorreram em 1947 e mais recentemente em 1997. A todas as perdas soma-se o desaparecimento do trecho final da alameda das fontainhas que terminava no largo Actor Dias. Esta alameda, referenciada por muitos como um miradouro sobre o rio e a cidade de Gaia, de grande utilização, vê a sua continuidade interrompida até aos dias de hoje. Apesar dos estudos levados a cabo no local, pela Câmara do Porto, em 2001, esta área permaneceu sem uma solução até à actualidade, sendo o seu atravessamento assegurado pelo parque de estacionamento que se encontra baixo do viaduto, porém desprovido de tratamento adequado.

A zona dos Guindais vê a sua malha urbana desenvolvida numa escarpa íngreme que testemunhou o aparecimento, nos dois últimos séculos, da implantação de núcleos habitacionais, principalmente de uma população operária, devido à sua proximidade com indústrias na cota alta da cidade, bem como, o já não existente cais dos Guindais. Este desenvolvimento da cidade, a dois níveis, do qual a existência dos dois tabuleiros na Ponte Luís I é testemunho, abre a necessidade de ligações mecânicas destas cotas. No

entanto, das 4 ligações mecânicas previstas, apenas é realizado o elevador dos Guindais, que começou a ser idealizado em 1882 e finalizado em 1891. Os restantes elevadores tem a sua construção cancelada provavelmente após um acidente gravíssimo no Elevador dos Guindais ocorrido em 1893 que dita o seu encerramento. É já no seguimento das propostas de intervenção do Porto 2001 Capital Europeia da Cultura, que o arquitecto Adalberto Dias assume a reconstrução do Elevador dos Guindais. Esta sugestão já fazia parte da proposta do arquitecto realizada em 1995/98 no Plano Para A Frente Urbana Ribeirinha Entre As Pontes Luís I e S. João (35, 36). O projecto é concebido em 2003, partindo da cota baixa, junto ao tabuleiro inferior da ponte Luís I, com a construção de um novo edifício, o cais/casa das máquinas, reutilizando também o edifício antigo como entrada/bilheteira e espaço comercial no piso superior. O seu trajecto segue o existente, sendo construído na cota superior - a estação de montanha, estando o ultimo trecho desenvolvidos numa galeria. A mesma permite o acesso à superfície na paragem do eléctrico da linha 22, mesmo em frente às instalações da Universidade Lusófona do Porto.



35 Plata do Projecto para a frente urbana ribeirinha entre pontes, Adalberto Dias 1997



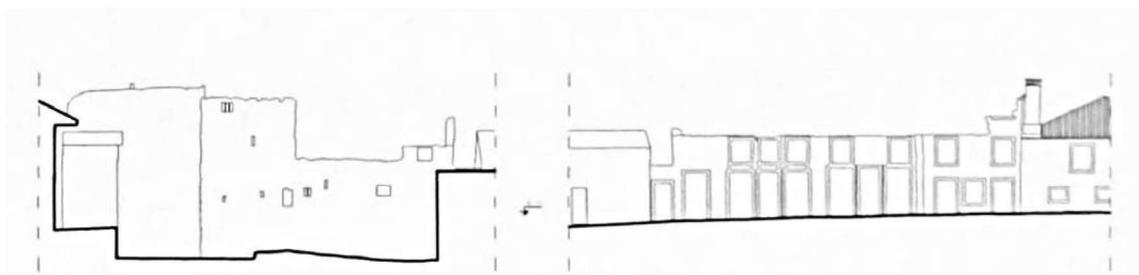
36 Axonometria do Projecto para a frente urbana ribeirinha entre pontes, Adalberto Dias 1997

No plano anteriormente citado de Adalberto Dias, a sua memória descritiva ressalva a importância de intervenção na zona circundante do viaduto. Esta refere que existe uma necessidade de enquadramento, pelo que as intervenções no local deveriam ser moldadas pelas estruturas existentes, por forma a reforçar as suas qualidades singulares. Destaca-se mais a importância na zona com a relação à Ponte do Infante, que viria a ser construída posteriormente, atribuindo a esta área um carácter fundamental na ligação com a cidade. Neste âmbito torna-se necessário o seu planeamento urbano.

Contexto histórico do local de implantação

A compreensão histórica do local de intervenção apresenta-se como uma mais-valia na avaliação das várias questões em torno da proposta. Porém, devido à inexistência de enquadramento histórico, a compreensão da ruína existente, bem como, a sua evolução até atingir este estado, recai sobre uma análise pessoal na observação dos sinais da mesma. Nesta linha de análise pessoal, entende-se que o lote é caracterizado por uma ruína que apenas mantém os muros do seu perímetro, já num estado de degradação avançado. O seu interior está completamente ausente devido à retirada de uma das paredes que dividia os vários volumes.

A sua frente urbana mantém uma fachada bastante permeável, nos dois pisos que ainda a caracterizam, composta essencialmente por portas consecutivas de diferentes alturas, já sem qualquer referência ao tipo de encerramento original. Em oposição, todas as outras fachadas são extremamente cerradas, as duas laterais obviamente pelo seu confronto com os lotes adjacentes, mas o alçado que se volta para o interior do quarteirão, bem como para o rio e a serra do pilar, contêm apenas pequenas aberturas dispersas, quase insignificantes. Este facto pode ajudar na compreensão de que talvez este local tivesse uma utilização mais industrial.



37 Alçado tardoz e alçado frontal do existente (sem escala)

Com base em fotos recentes e tendo em conta a permanência de fragmentos da ruína é possível constatar que a parte mais a poente assumia, ainda há pouco tempo, um corpo com pelo menos três pisos. Contudo, do local de intervenção não se retira muita informação devido ao seu estado de degradação, assim como, da impossibilidade de aceder à parte posterior. Apenas se pode observar uma ruína que aparenta ter três possíveis divisões.

Por outro lado, ao longo da busca intensiva de informação sobre os edifícios, que se tornou inexistente, procurou-se analisar a cartografia do local e neste estudo pôde ver-se que, na época do plano que visou a construção do viaduto (1965), anteriormente falado, a planta do local dividia o lote em quatro fracções e um acesso directo as traseiras (38). Seguindo esta análise cartográfica e tendo especial atenção à cartografia de 1892, já exposta, denota-se que a composição do quarteirão, embora mantenha a sua frente de rua, sofreu alterações na profundidade do lote, tendo-se aumentando a sua dimensão aproximadamente para a dimensão actual.



38 Detalhe da imagem nº33, 1965



39 Detalhe da imagem nº32, 1892

Nas imagens anteriores, pode também observar-se, principalmente na imagem que data de 1892 em relação à imagem com data em 1965, um detalhe de desenho, no interior do quarteirão, referente à presença de escadarias no mesmo espaço, onde, exceptuando um dos lotes que tem claro acesso a este espaço interior, todos os outros contém um pequeno espaço traseiro fechado. Este facto pode justificar o caracter cerrado da fachada sul do edifício em estudo pois este não poderia abrir-se para um terreno privado de forma evidente.

Apesar de uma pesquisa intensiva, as dúvidas em torno do lote proposto para intervenção são inúmeras. A falta de informação condiciona um enquadramento do espaço de forma a compreender exactamente o que ocorre e ocorreu neste corpo. Sabe-se apenas, lendo o PDM desta zona que a maioria das construções do lado poente estão classificadas como património histórico, tendo os restantes volumes uma designação de potencial património histórico.

O largo Actor Dias, objecto também do exercício, mantém esta configuração triangular observável em todos os planos consultados desde a existência do Bairro dos Guindais. Porém, o seu nome inicial seria Largo da Polícia que se manteria até à década de 30 do século XX. O largo existente vê o seu desenho actual nascer no final do século XIX início do século XX. Sendo este um espaço de relevo das relações humanas locais, bem como, charneira de interacção do eixo proveniente do passeio das fontainhas, vê o seu enquadramento eliminado nas demolições do quarteirão a norte e a sua importância de largo comprometida com a derrocada, que elimina a ligação ao passeio das fontainhas. Neste sentido, estes foram factores que contribuíram para a decadência do espaço e o seu esquecimento, tornando-o num local de estacionamento automóvel, onde os seus arranjos se encontram devastados.



40 Largo da Polícia, 1910



41 Largo actor dias, 2016

Propostas de programa⁴⁶

Numa fase inicial da disciplina de Projecto 5, foi apresentado aos alunos o local de intervenção. Ainda sem informação do programa a desenvolver, tinha-se, apenas, conhecimento que o exercício previa a possibilidade de escolha entre reabilitação, novo edificado ou desenho urbano. O local a intervir é exibido como sendo a área envolvente do Largo Actor Dias (figura# linha vermelha) bem como um conjunto de edifícios devolutos localizados a sul, mesmo de frente para o largo (figura 42 linha azul). Nesta abordagem, os alunos foram desafiados a observar o local e exercitar a imaginação com possíveis propostas. Num primeiro olhar, o formando, entendeu que o local sugeria intervenções flexíveis de pequena escala, programas que poderiam passar pela pequena habitação ou mesmo pela extensão pública do largo para o interior do quarteirão. Podendo ser complementado com um programa de serviço/comércio de pequena escala.



42 Imagem aérea do local de intervenção

⁴⁶ Programa da disciplina de projecto 5 em anexo

Proposta de desenho urbano

Esta proposta incidia, numa primeira idealização, no redesenhar do espaço urbano de forma a corrigir os vários problemas do local. Porém, entendeu-se que esta sugestão demonstrava uma extensão que se poderia tornar excessiva para o tempo previsto para o exercício, onde o seu limite abstracto, pela necessidade de correcção total dos problemas, poderia transportar o exercício a uma escala maior que o exequível. Ou seja, a resolução deste projecto não se iria restringir à área delimitada mas sim à total extensão da resolução do problema, pelo que poderia tornar este num programa demasiado vasto. Contudo, esta proposta apresentaria uma leitura total dos problemas da zona de intervenção, apresentando-se para o autor como uma sugestão válida como forma de os resolver. Perante o exposto anteriormente, o autor achou por bem, não seguir este caminho, tentando a resolução das questões do local numa abordagem mais focada no programa de reabilitação, posteriormente exposto.

Proposta de novo edifício

Nesta proposta a área programática exigida seria a principal razão de exclusão da opção. De forma a equilibrar os diferentes exercícios, este programa atinge uma área total de intervenção que, numa opinião pessoal, se torna demasiado grande para o local com 1050m² de área. As possibilidades de implantação não se traduziram numa forma de resolver o problema, mas sim de o alargar. Existiam três locais de possível implantação: o local do edifício a reabilitar, o espaço verde junto à muralha Fernandina ou junto às instalações da Universidade Lusófona do Porto/ viaduto. O primeiro local é restringido à área do lote existente onde um novo volume, para responder a todo o programa proposto, entraria em confronto, tanto no conjunto do alçado de rua bem com o do interior do quarteirão. Por outro lado, junto da muralha surgem problemas relacionados com a passagem do elevador dos guindais levando o edifício a assumir uma escala que entraria em conflito até com a própria torre da muralha. Por último, o terceiro local surge como o mais óbvio a realizar, mas a continuidade do viaduto teria que ser repensada. Um exercício possível mas um tanto utópico pois, o viaduto nasce neste local como forma de resposta aos

problemas de fluxo da cidade contemporânea. No entanto, mesmo sendo esta estrutura um objecto de carácter apenas utilitário, não revela em si características de desenho ou escala que atribuam qualidades ao local ou à cidade. Porém, a sua destruição demonstra-se uma decisão demasiado radical.

Aquando da construção do viaduto, o mesmo deveria atribuir ao local capacidades de desenvolvimento, mas o esquecimento em que cai esta zona, por parte do executivo, leva a que esta construção fique incompleta, não nas suas características de utilidade mas como parte de um projecto que poderia vir a desenvolver e consolidar o local. Então, esta estrutura e a existência da mesma revela-se um ponto fundamental para o conjunto da cidade, como tal esta deve ser repensada, por forma a fazer desta uma solução para o problema e não o grande problema da zona se assim se desenvolvesse a possível ideia da destruição do viaduto.

Proposta de reabilitação

A proposta de reabilitação demonstra-se a proposta mais ajustada para desenvolver. Procurar-se-á, então, resolver o problema do lote devoluto com uma proposta de um edifício. Neste sentido, utilizar-se-á o que já existe no local, requalificando arruamentos e propondo uma utilização do viaduto, atribuindo-lhe um revestimento que o enquadre no local. Entende-se, assim, que os problemas, por vezes, podem fazer parte das soluções através de uma economia de meios que levam a que as estruturas existentes ganhem uma nova vida e um novo significado no local.

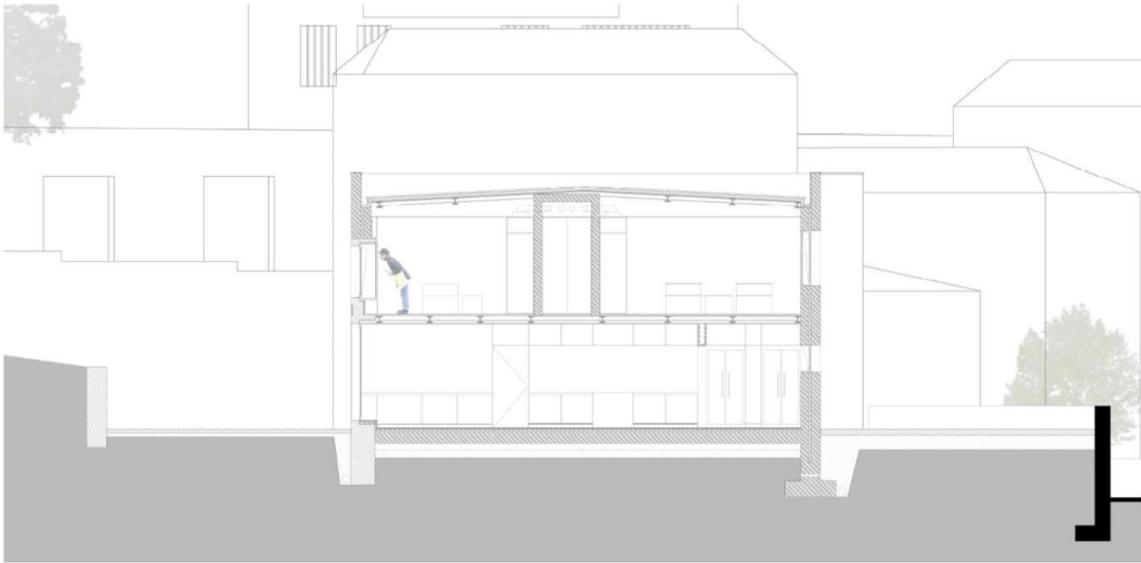
O programa para esta proposta demonstra-se mais enquadrado com a escala da envolvente (430m² de área), permitindo, assim, ajustar-se a um lote contido sem entrar em conflitos de hierarquia perante o seu entorno. Contudo, a dificuldade de aplicação deste programa prende-se com a rigidez que o mesmo exige, entrando em confronto com a intolerância da própria estrutura existente, onde o seu carácter de acessibilidade total é uma exigência devido ao seu público-alvo.

Intervenção

Assim sendo, numa primeira fase, procurar-se-á desenvolver e orientar o projeto numa postura mais analista. Como tal, o processo revelou-se desconexo e demasiado abstracto, originando posturas algo superficiais e vazias no seu significado, ainda que, gradualmente se fosse começando a compreender melhor a circunstância do caso em estudo. Apesar de tudo, esta análise revela-se bastante útil, no sentido em que se percebeu o quão urgente a reflexão se apresentava para o estabelecimento de uma postura crítica consciente e segura, mesmo sabendo da condição experimentalista e receptiva do projecto proposto.

O desenvolvimento do projecto entrou num processo inconclusivo, repleto de dúvidas e incertezas, levantando questões em relação à forma de abordar o tema. Que atitude se deveria adoptar, tendo-se a consciência do valor do passado que a ruína continha? Deveria a lógica passar por uma reabilitação integral que reerguesse a ruína, recuperando tudo quanto fosse possível, utilizando os materiais característicos da zona e da arquitectura vernacular? Ou, adoptar-se-ia por uma postura de ruptura numa reinterpretação contemporânea, ainda que isso pudesse originar situações polémicas pelo seu contraste? Que impacto teria uma e outra atitude no local onde se inserem? Não querendo cair no erro de apostar na inovação apenas e só como um recurso à originalidade, nem por outro lado, entrar numa relação de obsessão com aquilo que se herdou do passado. A insegurança e desorientação inicial do projecto acentuaram-se com a procura de integração do novo-antigo. Posto isto, e observando a pré-existência, sabe-se hoje que uma postura de contraste respeitando o antigo se poderia sustentar melhor, mesmo que o existente tivesse uma composição vaga e o programa exigisse a sua ampliação. Como tal, estas características revelaram-se um momento decisivo do caminho a seguir.

O diálogo com as reflexões teóricas e práticas favoreceu a percepção da necessidade de uma postura honesta de reinterpretação do existente. Não se sendo demasiado radicais ou conservadores, através de um processo evolutivo da proposta de intervenção, utilizou-se como ferramenta o património



43 Corte (sem escala)

contraído, não se encarando este como ponto impeditivo de progresso, mas sim aceitando-o como matéria de projecto.

O edifício e a sua condição motivaram a reinterpretação e as decisões de projecto, assumindo a relevância para com os seus utilizadores, motivando posicionamentos de continuidade e afastamento, e sobretudo de relação e analogia, no difícil exercício de conciliação e fusão de duas estruturas, com origens diferentes, num só objecto. Dar oportunidade à preexistência para que se manifesta-se e, de certa maneira, expusesse a sua receptividade perante novas associações e ligações tornou-se fundamental. A desacreditação face a este tipo de estruturas, motivada pela decadência em que se encontram, poderia então ser contrariada. O objectivo de alcançar uma combinação apropriada, através do consentimento de liberdade e abertura, onde, dessa forma, a nova estrutura poderia surgir em concordância, redesenhando o espaço que agora pertence a ambas. Como tal, o aparecimento de conexões análogas entre as estruturas, surgiu de forma mais ao menos natural e contribuiu para uma relação de correspondência, potenciada pela pré-existência. É evidente que essa relação de coabitação não é um processo fácil, leva tempo e exige flexibilidade e ousadia, tanto na sua concepção como na sua utilização. Assim sendo, será vantajoso se todos os intervenientes tiverem um espírito receptivo à adaptação, não apenas no sentido de alteração de programa, mas sobretudo de ajuste à acomodação e apropriação de um edifício invulgar, no sentido em que não corresponde às convenções da dinâmica habitacional contemporânea, continuamente alimentada pelo negócio imobiliário.

Como referido anteriormente, esta adaptação adivinhava-se árdua, quanto mais não seja pela necessidade obrigatória de contribuir para a consolidação da estrutura pré-existente em ruína. Naturalmente, como foi demonstrado na fase de levantamento, as noções básicas de conforto desta estrutura são significativamente distintas das contemporâneas. Salienta-se que o facto de se introduzir o segundo piso com uma laje total, teria que jogar com as diferentes cotas das padieiras das portas existentes. Tendo, nesta linha de pensamento, que permitir a utilização segura dos vãos de janela no piso superior.

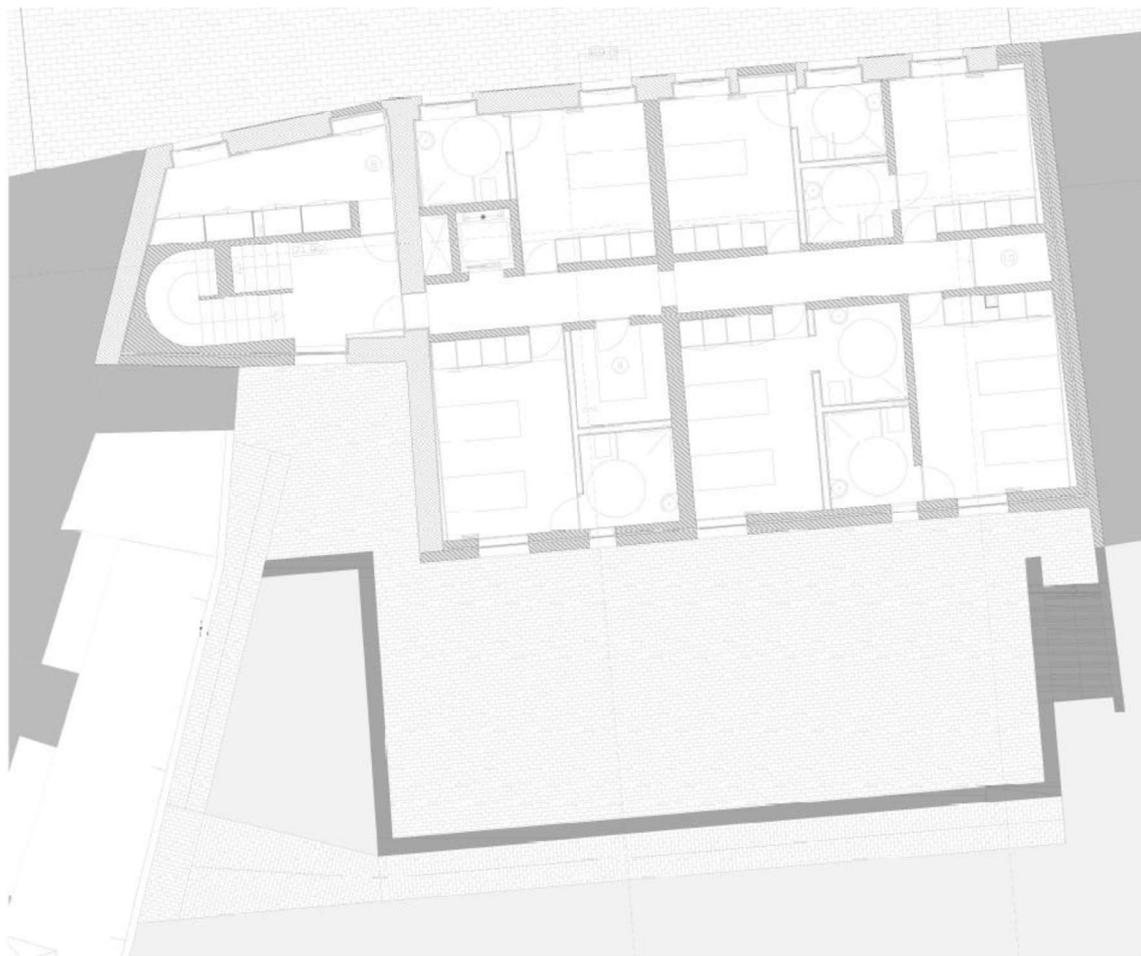


44 Planta piso 0 (sem escala)

A materialidade da intervenção pressupõem uma interdependência com as restantes opções de projecto. A grande diferença entre os materiais reside nas suas capacidades de isolamento térmico. Se no caso do granito este é o seu ponto fraco, sobretudo nas épocas de temperaturas mais baixas, apresentando índices de inércia térmica bastante reduzidas, no caso do sistema construtivo de dupla parede de betão com isolante no seu interior, esta assume-se como uma das suas maiores qualidades, tornando, assim, esta solução contemporânea eficiente energeticamente.

O método que rege os limites da intervenção, bem como, a divisão de espaços internos, detêm um carácter de quase sobreposição dos muros da pré-existência, limitando a construção de novas paredes estruturantes apenas onde elas já tinham existido. Por exemplo, a fachada posterior que detinha um carácter cerrado, contrariamente ao objectivo de tornar esta permeável e em contante relação com o espaço interior do quarteirão, bem como, com a relação com a paisagem, é parcialmente demolida para dar espaço a um muro flexível. Desta forma, poder-se-á estabelecer conexão do programa com o exterior, onde também o carácter pobre e frágil da construção antiga reforça esta atitude. É também exemplo deste decalque da preexistência, a divisão interna do edifício que acaba por dividir o espaço interior em três zonas. Estas reflectem-se na composição da fachada, onde também, no piso de rés-do-chão é estabelecida uma quarta divisão, que, à semelhança do que ocorreu em tempos, permite o acesso directo ao espaço comum exterior criado a sul.

A entrada ao edifício é assinalada com a presença de um elemento protector (pala). Este acesso faz-se na parte do volume, que assume maior cêrcea e busca uma relação directa com o largo e a sua escadaria situada mesmo de frente. Esta diferença de cêrceas, presentes na composição da fachada do objecto, por um lado técnico, oculta infra-estruturas e busca uma relação com a ruina como já referido. Porém, a sua verdadeira intenção tem essencialmente dois objectivos. Por um lado procura o enquadramento do edifício na envolvente buscando um equilíbrio no grupo. Por outro, pretende não iludir o observador mas afirmar que o objecto outrora teve uma diferente



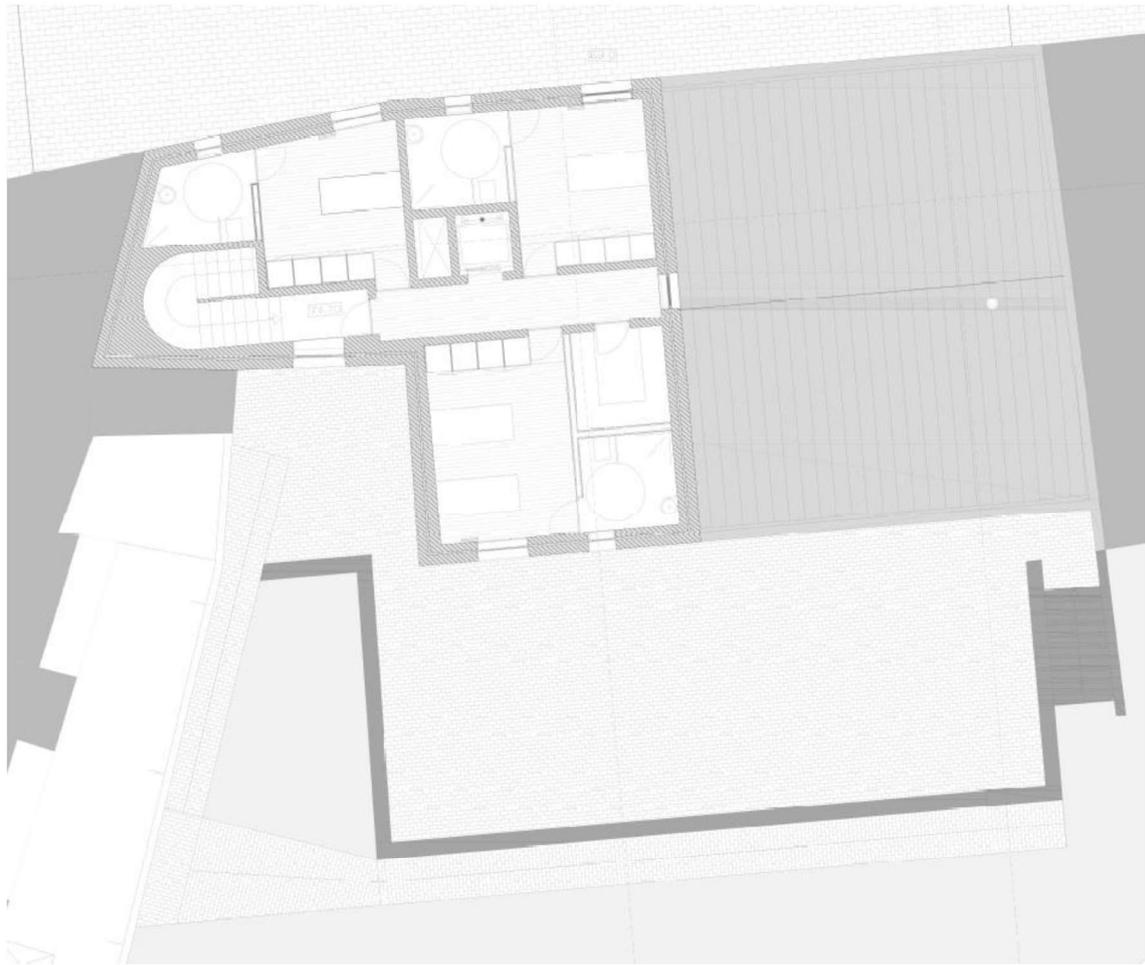
45 Planta piso 1 (sem escala)

configuração, e como tal reforçar que as dissemelhanças da ruína precedem de uma anterior divisão do lote.

Regressando à questão construtiva da proposta, a situação mais frágil residia no facto das paredes de granito, com expressão no interior, apresentarem uma forte discrepância de resistência térmica entre os materiais. Por um lado o betão composto com um layer de isolamento eficiente e por outro o granito, mais débil, fazia com que o esforço e investimento realizado, com a utilização do sistema contemporâneo, se dissipasse. Esta questão é confirmada com o professor da disciplina de construção, na qual foi sugerido uma correcção térmica pelo interior das partes em granito, de forma a desenvolver uma solução de parede que, embora composta por dois materiais, consiga ter uma resposta térmica idêntica em todos os seus pontos. Isto faz com que haja momentos em que a parede exterior confronta com paredes interiores e a permanência do material seja substituído por uma superfície em gesso cartonado ou painéis de madeira. Podendo mesmo confrontar-se com a existência de mobiliário que oculta a correcção térmica.

A escolha do betão como material predominante na intervenção, prende-se com a sua capacidade de adaptação às diversas situações, bem como as suas possibilidades de expressão e composição. Neste sentido, revelou-se uma oportunidade para o desenvolvimento de uma solução assente numa estratégia construtiva de reinterpretação dos materiais locais, onde os inertes que compõem o betão aproximam este a uma aparência local. Configurando-se, assim, uma leitura mais uniforme ao objecto, permanecendo visíveis os apontamentos em pedra característica dos vãos existentes e, também, a criação de um negativo na confrontação entre o novo e o antigo. A conexão que se estabeleceu alterou a essência de ambos os materiais, tornando-os mais próximos. A sua aparente continuidade tenta unificar todo o objecto mas os limites e a expressão do existente perduram com pequenas anotações que lhe permitem ser identificados.

Aprofundando algumas questões, particulares de projecto, que advém dessa junção entre estruturas, as relações entre os diferentes espaços procuram uma conexão com a pré-existência. A aparente composição exterior



46 Planta piso 2 (sem escala)

de três volumes, falada anteriormente, que pretende ter como referencia a construção existente é intencionalmente transferida para o seu interior. Então, no percurso pelo edifício, esta divisão é evidenciada, por exemplo, na repartição programática, principalmente do piso térreo. No percorrer do edifício é possível perceber a sua localização em relação à volumetria, que, no piso do rés-do-chão, permite a distinção do carácter de utilização dos espaços.

Em termos de distribuição de programa, este ocorre de uma forma clara para o autor. O carácter privativo dos quartos, leva ao seu posicionamento nos pisos superiores e, de igual forma, algumas áreas de apoio a estes. Como tal, no piso térreo desenvolve-se o programa de dimensão mais pública, onde terão lugar as zonas de convívio administrativas e serviços, tendo em consideração o seu funcionamento diário e prático. Este piso funcional detém ainda uma vertente independente em termos de actividades relacionadas com os serviços. Assim, tanto a cozinha como a lavandaria adquirem um aceso exterior independente, evitando o cruzamento de circulações, assim como, a utilização da zona de recepção.

Percebendo-se a organização interior, esta explica que na fachada norte existam vãos da pré-existência, que se assumam claramente encerrados. Assim, numa atitude de reinterpretação do existente em função da utilização necessária, invoca-se uma intercepção nas relações novo-antigo

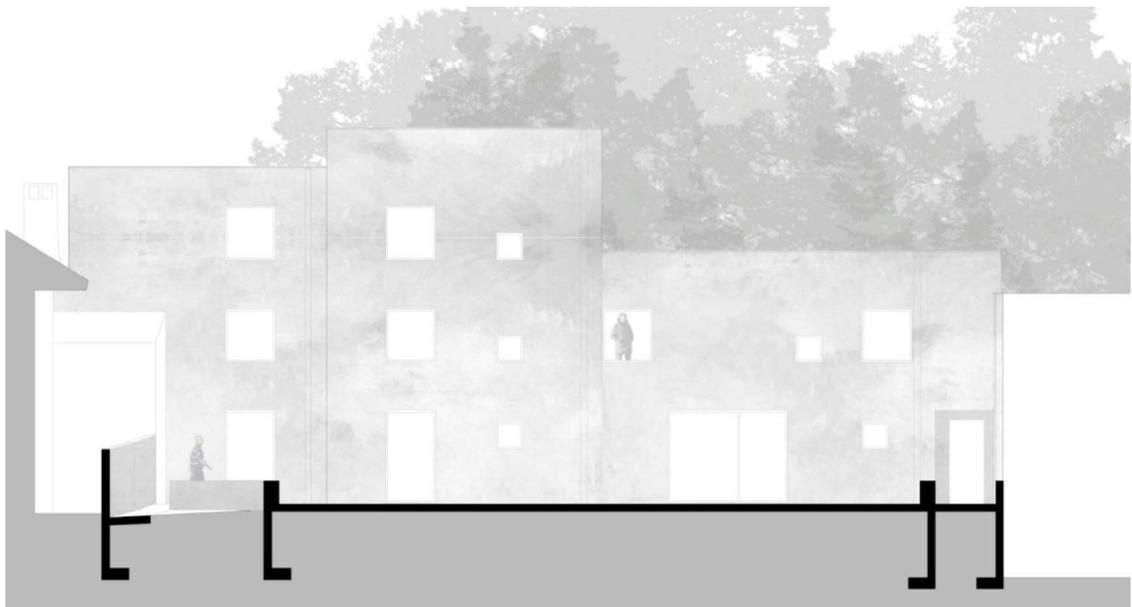
Neste passo, o desenho da cobertura surge relativamente tarde no processo advindo da busca da volumetria, devido ao facto de se enquadrar no local e por sua vez assumir uma vertente contemporânea. A experimentação em maquete, perfil ou axonometria foi moldando o objecto, sendo que a atitude de uma cobertura plana assumiu a posição final numa melhor ligação entre as várias cotas do volume. Destacando-se a contemporaneidade, sem tentar uma referência desconhecida da cobertura, que a ruina teria, ou mesmo uma analogia das coberturas da zona.

A intenção de propor uma intervenção que se assume contemporânea e que reutilize uma estrutura existente, não pretende anular a sua presença. De facto, entende-se que os momentos de ligação, variação, adaptação, surgem e tem uma influência bastante forte na obra final, particularmente quando as



47 Alçado norte (sem escala)

partes estão fisicamente em contacto. É inevitável que exista algum tipo de distanciamento entre as estruturas, dada a evolução técnica das formas de construção e tecnológica dos materiais empregues. Para além do esforço que envolve a referida inserção de novos serviços numa estrutura à partida “existida”. Numa outra vertente, a intersecção faz-se num momento particularmente sensível da pré-existência vernacular, em que o seu estado de ruína lhe confere um carácter de pertença nostálgica. Importa, nesta perspectiva, defendê-la do apagamento, do esquecimento, reforçando a sua presença na envolvente, permitindo que o tempo trate de aproximar todos os intervenientes e componentes do edifício.



48 Alçado sul (sem escala)

Conclusão

Após esta investigação, acredita-se estar mais próximo da realidade que se propõem a analisar. Não no sentido de ter alcançado a solução ideal para o problema, mas de se estar mais consciente daquilo que influi este tema, e que leva a acreditar na utilidade do trabalho. Principalmente num enriquecimento pessoal e profissional em torno da temática, esperando que esta reflexão ultrapasse essa condição e contribua para um melhor entendimento geral do assunto nesta perspectiva de análise evolutiva. Neste sentido, a visão aqui apresentada, pode encontrar espaço para o surgimento de novas possibilidades e alternativas, mesmo que advenham de uma perspectiva algo utópica ou aparentemente inconsciente, na medida em que deixa de fora condicionantes como a legislação, planeamento, detalhe construtivo, etc.

A motivação desta discussão advém da necessidade de reavivar o interesse e mesmo as dinâmicas concretas deste tema. O desenvolvimento do projecto, enquanto elemento estimulador, ganha relevância, não só num sentido literal de reutilização de uma estrutura em decadência, mas também, sobre o ponto de vista da renovação da confiança comum sobre a sua utilização. Acreditando, assim, que estas estruturas têm capacidade para resistir a novos usos.

A passagem do projecto à acção revela um processo bastante difícil, exigindo a necessidade de uma postura de acção criativa, ao invés da discussão do que pertence ao passado. É certo que, nesta investigação, foi importante a intervenção, esperando-se, deste modo, que este trabalho tenha gerado uma proposta coerente, que apesar de aberta, possa assumir-se como um exercício válido na correspondência entre nova arquitectura e o património construído.

Ao longo da reflexão, existiu a preocupação com a relação entre as coisas, com o momento de ligação entre as duas existências e com o resultado que delas pode ou deve resultar. Acreditando-se então que numa intervenção consciente, não importa a verdade, a beleza ou a justiça numa perspectiva isolada, mas sim a relação entre as coisas.

Bibliografia

CHOAY, Françoise – Alegoria do Património. Colecção Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70, 2010.

CHOAY, Françoise – Património e Mundialização. 2ª edição, Licorne/CHAIA, 2005.

CHOAY, Françoise – As Questões do Património, Antologia para um Combate. Colecção Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70, 2011.

COSTA, Alexandre Alves – O património e o futuro. In AA.VV.-Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Vol.38. Porto, 1998.

FERREIRA, Teresa – Heritage or theme park? Some reflections from Portuguese experiences. In: ICOMOS 17th General Assembly. Paris. 2011

GARCIA, Francisco – Construir en lo Construido: Arquitectura como Modificación. 3ª edição.

RIEGL, Alois, O Culto Moderno dos Monumentos e outros ensaios estéticos, Colecção Arte e Comunicação, Lisboa, Edições 70, 2003

ROSSI, Aldo – A Arquitectura da Cidade. Arquitectura e Urbanismo. Lisboa: Edições 70, 2016

RUSKIN, John; A Lâmpada da memória, colecção Artes e Ofícios, Ateliê Editorial, 2008.

SOLÀ-MORALES, Ignasi – Intervenciones. (ed.) Xavier Costa. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

TÁVORA, Fernando – Da Organização Do Espaço. Porto: Faup publicações, 7ª edição, 2007

VIEIRA, Álvaro Siza – 01 textos. Porto: civilização ed. 2009. P.167

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel – Restauração, Vol.1, Colecção Artes e Ofícios, São Paulo: Ateliê, 2000.

Publicações periódicas

BAPTISTA, Luís – Portugal Cultural. Revista: arqa arquitetura e arte. 1647-077x. nº105 (2013)

BAPTISTA, Luís – dicionário 2000-2016 volume I. Revista: arqa arquitetura e arte. 1647-077x. nº122 (2016)

BAPTISTA, Luís – dicionário 2000-2016 volume II. Revista: arqa arquitetura e arte. 1647-077x. nº123 (2016)

NEVES, Victor- [re]usar. Revista: arqa arquitetura e arte.1647-077x.nº125 (2017)

Provas finais

CASTRO, Maria Alexandra Correia de – Historia e tradição na arquitectura contemporânea portuguesa: cinco obras de arquitectura em centros históricos. Porto: Faup, 2008. Dissertação de Mestrado

CARVALHO, Inês Silva – Intervenções Contemporâneas em Património Construído: do Conceito ao Pormenor. Porto:2015. Dissertação de Mestrado

JÚNIOR, Jaime Augusto Pires de Magalhães – Entre o Plano e o Declive, EAPA. Porto

Fontes publicadas na internet

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ATENAS SOBRE O RESTAURO DOS MONUMENTOS. Atenas: Serviço Internacional de Museus.

Disponível em:

<http://patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

FERREIRA, Teresa.-Heritage or theme park? Some reflections from Portuguese experiences. In :ICOMOS 17th General Assembly. Paris. 2011.

Disponível em :

http://openarchive.icomos.org/1145/1/III-2-Article3_Ferreira.pdf

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS E TECNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS. Veneza:ICOMOS.1964.

Disponível em:

<http://patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

PRINCIPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DO PATRÍMONIO CONSTRUIDO. Cracóvia,2000

Disponível em:

<http://patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

Sítios na internet

<http://www.gisaweb.cm-porto.pt>

<http://www.vitruvius.com.br/revistas>

<https://www.pedraliquida.com>

<http://www.joseadriao.com/>

<http://www.monumentosdesaparecidos.blogspot.pt>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

<http://www.ultimasreportagens.com>

<http://engramma.it>

Índice de imagens

Contribuições teóricas

1 Anfiteatro de Arles em 1686, disponível em:

<https://entrepreambulos.blogspot.pt>

2 Anfiteatro de Arles actualmente, disponível em:

<https://entrepreambulos.blogspot.pt>

3 Templo Malatestiano, Rimini, disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/24364447@N05/6569228513/>

4 Fachada lateral, disponível em:

<http://www.panoramio.com/photo/6397286>

5 Intervenção de Stern, foto Giorgio Grassi, disponível em:

http://www.engramma.it/eOS/index.php?id_articolo=1301

6 Intervenção de Valadier, foto Giorgio Grassi, disponível em:

http://www.engramma.it/eOS/index.php?id_articolo=1301

Casa dos 24, Porto (1995-2004) - Fernando Távora

7 Torre dos 24, alçado poente, disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147>

8 Ruína existente 1990, disponível em:

<http://www.monumentosdesaparecidos.blogspot.pt>

9 Preexistência antes das demolições disponível em:

<http://www.monumentosdesaparecidos.blogspot.pt>

10 Vista da Sé, demolições 1939 disponível em:

<http://www.monumentosdesaparecidos.blogspot.pt>

disponível em:<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147>

11 Pormenor palmo

12 Foto actual

13 Foto após conclusão

14 Detalhe interior do confronto antigo/novo

15 Piso intermédio

16 Planta do piso intermédio/entrada

17 Secções verticais

Casa do Conto, Porto (2008/2009) – Joana Couceiro e Alexandra Grande

Disponível em: <http://www.pedraliquida.com>

18 Alçado de rua

19 Vista do alçado posterior

20 Relação escada clarabóia

21 Relação novo antigo

Casa do conto, Porto (2009/2011) – Pedra Liquida

Disponível em: <http://www.ultimasreportagens.com>

22 Alçado de rua

23 Vista do alçado posterior

24 Vista interior de um dos quartos

25 Relação escada / clarabóia

Belen clube, Lisboa (2012 - 2015) - José Adrião

Disponível em: <http://www.joseadriao.com/>

26 Frente de rua

27 Esquema do autor

28 Esquema do autor

29 Vista posterior

30 Porta de entrada

Contexto histórico do local

Disponível em: <http://www.gisaweb.cm-porto.pt>

31 cidade do porto, George Balck, 1813

32 planta topografica da cidade do porto, A.G.Telles Ferreira,1892

33 Planta de expropriação para o prolongamento da Rua D.de Loulé 1965

34 Planta de urbanização e projecto de prolongamento Rua D. de Loulé 1965
(duas fazes)

35 Plata do Projecto para a frente urbana ribeirinha entre pontes, Adalberto
Dias 1997

36Axonometria do Projecto para a frente urbana ribeirinha entre pontes,
Adalberto Dias 1997

Contexto histórico do local de implantação

Disponível em: <http://www.gisaweb.cm-porto.pt>

37 Alçado tardoz e alçado frontal do existente (sem escala)

38 Detalhe da imagem nº33,1965

39 Detalhe da imagem nº32, 1892

40 Largo da Policia, 1910,disponivel em:

<http://www.monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2013/05/largo-da-policia-porto.html>

41 Largo actor dias, 2016 (retirada do programa da disciplina de projecto5)

Propostas de programa

42 Imagem aérea do local de intervenção (retirada do programa da disciplina de projecto5)

Intervenção

Imagens do autor

43 Corte (sem escala)

44 Planta piso 0 (sem escala)

45 Planta piso 1 (sem escala)

46 Planta piso 2 (sem escala)

47 Alçado norte (sem escala)

48 Alçado sul (sem escala)

Anexos

Cartas e Convenções por ordem cronológica	75
Programa da disciplina de projecto 5	78
Desenhos da proposta	90

Cartas e Convenções por ordem cronológica

1931 - Carta de Atenas, Escritório Internacional dos Museus/Sociedade das Nações

1962 - Recomendação Relativa à Protecção da Beleza e do Carácter da Paisagem e Sítios, UNESCO

1964 - Carta de Veneza, II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS

1968 - Recomendação Sobre a Preservação do Património Cultural Ameaçado por Trabalhos Públicos ou Privados, UNESCO

1975 - Carta Europeia do Património Arquitectónico, Conselho da Europa

1976 - Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea, UNESCO

1981 - Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos, ICOMOS

1985 - Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada, Conselho da Europa

1987 – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, ICOMOS

1989 - Recomendação Relativa à Protecção e Valorização do Património Arquitectónico Rural, Conselho da Europa

1990 – Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, ICOMOS

1990 - Recomendação Relativa à Protecção e Conservação do Património Técnico, Industrial e das Obras de Arte na Europa, Conselho da Europa

1991 – Recomendação nº R (91) 13 sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século XX, Conselho da Europa

1992 – Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, Conselho da Europa

1994 – Carta de Villa Vigoni sobre a Protecção dos Bens Culturais da Igreja, Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja

1994 - Declaração de Nara Sobre Autenticidade, ICOMOS

1995 - Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada, 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana

1995 - Recomendação Relativa à Conservação dos Sítios Culturais Integrada nas Políticas de Paisagem, Conselho da Europa

1997 - Convenção Europeia Para a Protecção do Património Arqueológico

1999 - Carta de Burra, Para Lugares de Significado Cultural, ICOMOS Austrália

1999 - Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, ICOMOS

1999 – Carta sobre o Património Construído Vernáculo, ICOMOS

2000 – Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, Conferência Internacional sobre Conservação

2000 - Convenção Europeia da Paisagem, Conselho da Europa

2001 - Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático, UNESCO

2002 – Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial, UNESCO

2005 - Convenção de Faro, Conselho da Europa

2005 - Declaração de Xi'An Sobre a Conservação do Contexto das Construções, Sítios e Sectores Patrimoniais, ICOMOS

2008 - Declaração de Québec Sobre a Preservação do Espírito do Lugar, ICOMOS

2009 - Declaração de Viena

2009 - Carta de Bruxelas

2010 - Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial

2011 - Princípios de Dublin Para a Conservação de Património Industrial, Estruturas, Áreas e Paisagens, ICOMOS

2011 -Princípios de La Valette Para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos, ICOMOS

2012 - Republicação com a tradução para português da Convenção para a Proteção do Património Cultural Subaquático, UNESCO

Fonte: <http://www.culturanorte.pt>



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO



Mestrado Integrado em Arquitectura

Ano lectivo 2016 – 2017

Projecto 5.1.

Docentes : João Pedro Serôdio, Nuno Graça Moura, Rui Furtado, Sofia Albuquerque



01

Introdução

O Largo Actor Dias, localizado junto à Universidade Lusófona do Porto, é local escolhido para os trabalhos de todos os ramos da cadeira de Projecto 5.1, “edificações”, “reabilitação” e “espaço urbano”.

Os trabalhos do ramo “reabilitação”, incidirão sobre o edifício arruinado localizado no lado sul do largo, conforme desenho anexo (indicado a azul).

O ramo “espaço urbano” irá trabalhar no redesenho do local definido no mesmo desenho (indicado a vermelho), com particular incidência no redesenho do largo.

O ramo “edificações” trabalhará um edifício de raiz e respectiva área envolvente, em local a escolher pelo aluno, localizado dentro dos limites definidos no desenho (indicados a vermelho)

O programa para cada ramo será dado a conhecer aos alunos no início de Outubro.

Pretende-se desta forma, que os alunos estudem o local ainda livres dos condicionamentos que qualquer programa pressupõe.

Pretende-se que, entretanto, e conforme calendarização seguinte, os alunos estudem o local, elaborem levantamentos (plantas e perfis) e a respectiva maqueta de turma à escala 1:100, seguindo limites definidos em desenho anexo.

Sugere-se que a maqueta seja integralmente executada no mesmo material, de preferência de cor branca.



02

Quadro resumo das datas relevantes, pontos de situação e entrega:

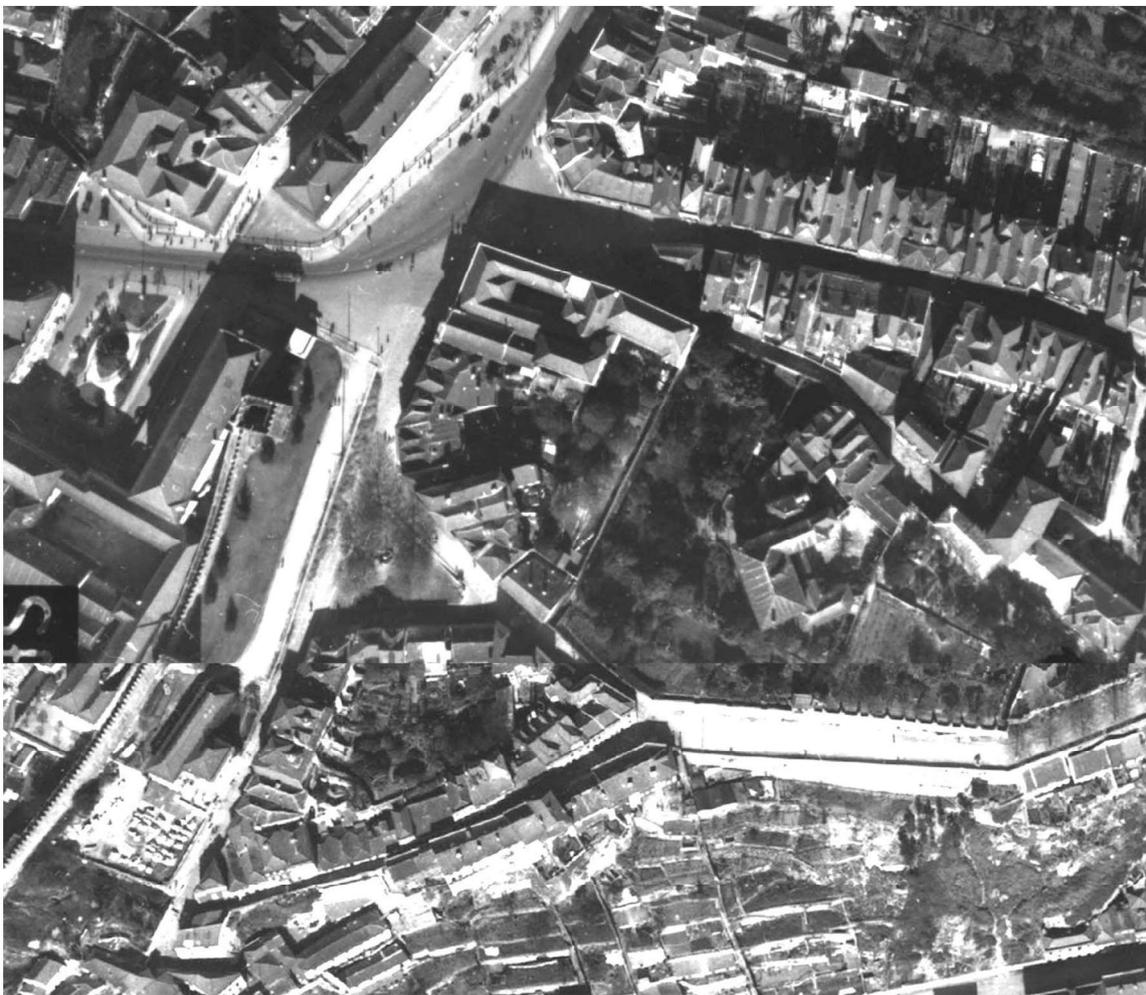
- | | | |
|----------|----------------------|---|
| 1 | 19/20.09.2016 | Apresentação do trabalho ;
visita ao local do projecto ;
definição da maqueta de trabalho (escala 1:100) ; |
| 2 | 10.10.2016 | programa para os diversos ramos de projecto :
edificações, reabilitação, espaço urbano |
| 3 | 10.10.2016 | entrega da maqueta de trabalho ;
entrega de desenhos de levantamento ; |
| 4 | 07.11.2016 | ponto de situação (elementos a definir oportunamente) |
| 5 | 19.12.2016 | ponto de situação (elementos a definir oportunamente) |
| 6 | 14.01.2017 | última aula:
entrega final (elementos a definir oportunamente) |



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

03

Imagens antigas do lugar



Fotografia aérea dos anos 30 (fonte C.M.P.)



Planta de 1893 (fonte C.M.P.)



Fotografia do Largo Actor Dias no séc. XIX (fonte : Fotografia Alvão)

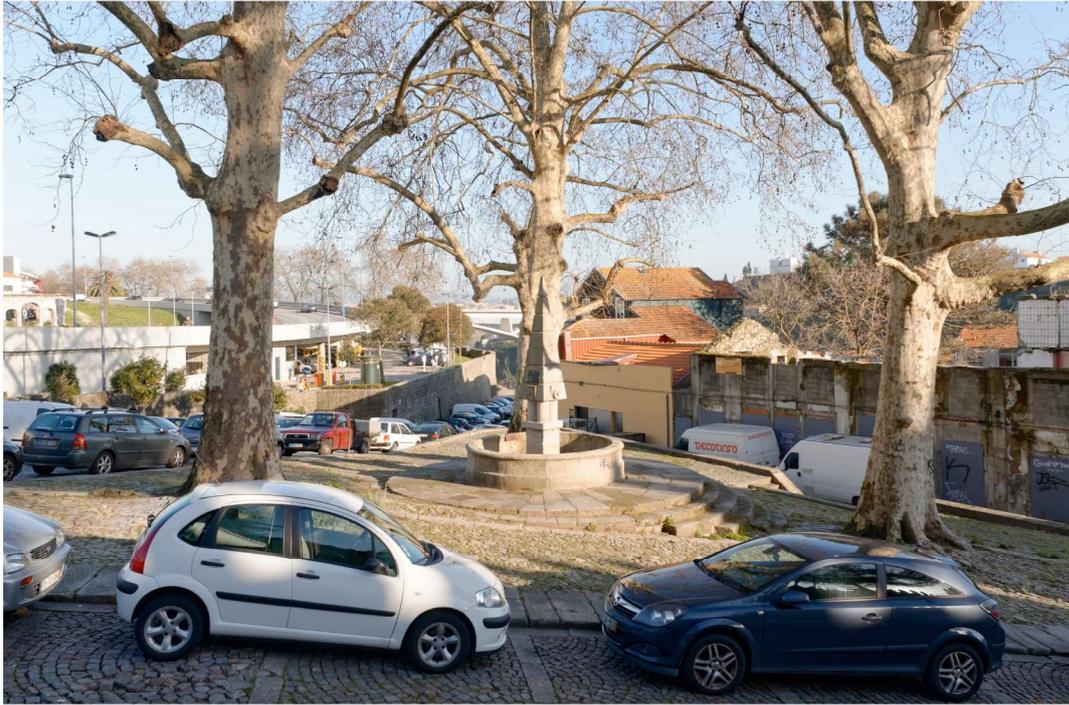


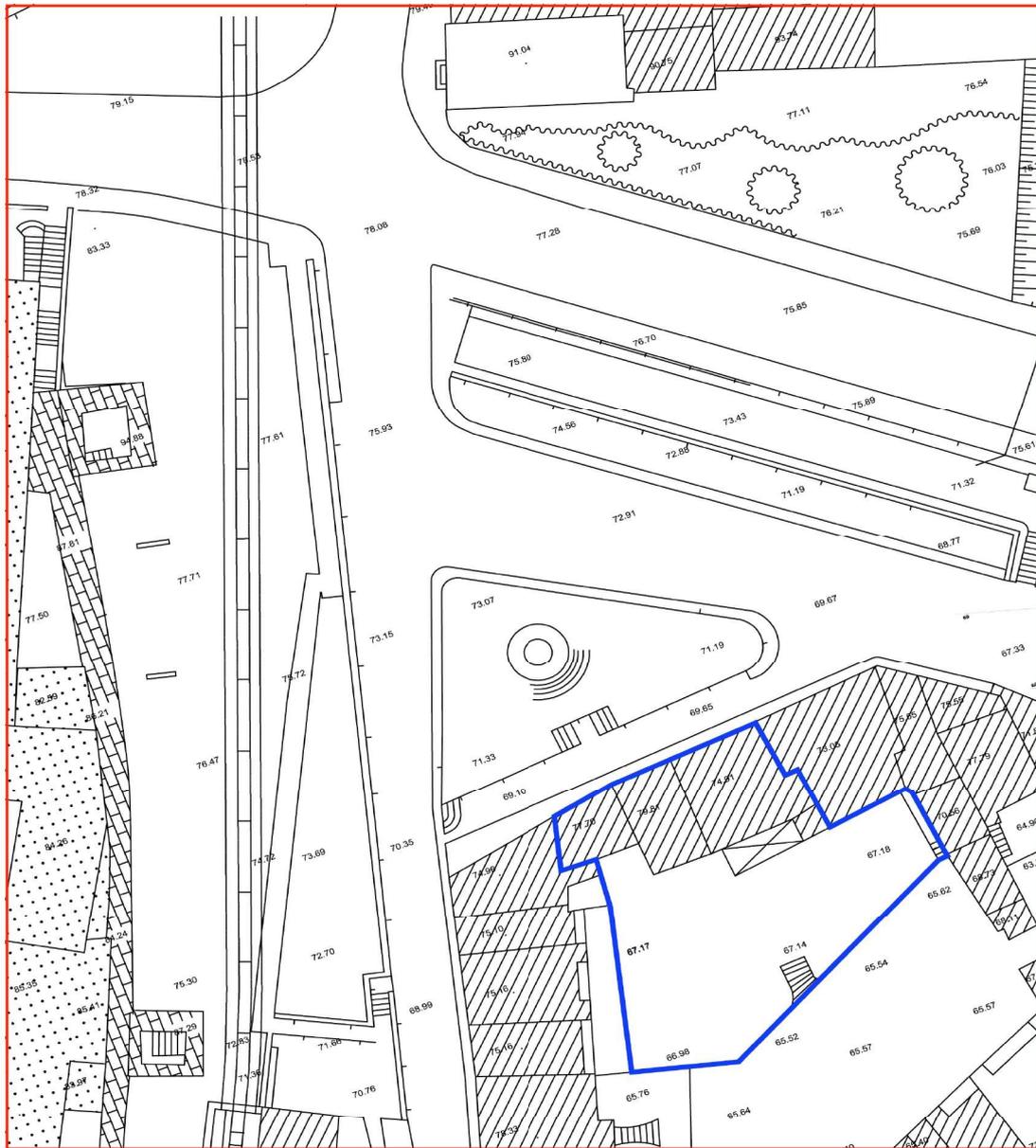
UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

04

Imagens actuais do lugar







Planta com indicação da área geral de intervenção a vermelho e da edificação a desenvolver no ramo “reabilitação” a azul

Notas

W a avaliação é contínua e qualquer incumprimento em relação aos elementos pedidos nos pontos de situação e entregas será considerado na avaliação;

W não é permitida a utilização de computadores nas aulas sem prévia autorização da docente responsável; as aulas são prioritariamente para debater propostas e trabalhar sobre os desenhos;

W todas as entregas serão em formato A1 ao baixo e no menor número de folhas possível;

Programa

Tal como mencionado em **01**, o cadeira de Projecto 5.1. prevê 3 opções.

05.1.

Os trabalhos do ramo “reabilitação”, incidirão sobre o edifício arruinado localizado no lado sul do largo, conforme desenho anexo. A área de implantação das construções é de aproximadamente 215m².

O programa previsto é um “lar residencial” com cerca de 450m² de área bruta.

Para além da reabilitação das edificações, os alunos deverão ainda propor um redesenho do espaço do Largo Actor Dias, bem como do logradouro privativo a sul.

(Ver quadro de áreas anexo 1)

05.2.

O ramo “espaço urbano” irá trabalhar no redesenho do Largo Actor Dias e áreas adjacentes. Compete ao aluno definir os limites que entenda adequados. Deverão ser propostos todos os elementos urbanos que se considerem ajustados, que vão de novos volumes de construção ao redesenho de muros, pavimentos (passeios, arruamentos, estacionamentos), áreas ajardinadas etc.

05.3.

O ramo “edificações” trabalhará um edifício de raiz e respectiva área envolvente, em local a escolher pelo aluno, localizado dentro dos limites definidos no desenho.

O programa previsto é um “lar residencial” com cerca de 1050m² de área bruta.

(Ver quadro de áreas anexo 2).

ANEXO 1

PROJECTO 5.1 - LAR RESIDENCIAL

QUADROS DE ÁREAS - OPÇÃO 1 REABILITAÇÃO

Designação dos espaços	un	Área (m2)	Área (m2)
1 Átrio/Recepção	1	12,00	12,00
2 Espaços Administrativos			
2.1 Gabinete	1	10,00	10,00
2.2 I.S.	1	3,00	3,00
3 Sala de estar	1	40,00	40,00
4 Instalações sanitárias M/F	2	4,00	8,00
5 Sala de refeições	1	20,00	20,00
6 Quarto			
6.1 Individual	4	15,00	60,00
6.2 Duplo	4	18,00	72,00
6.3 Quarto de banho	8	4,00	32,00
7 Quarto pessoal			
7.1 Individual	1	15,00	15,00
7.2 Quarto de banho	1	5,00	5,00
8 Cozinha	1	25,00	25,00
9 Despensa	1	6,00	6,00
10 Sala de tratamento de roupas	1	15,00	15,00
11 Arrumo material	1	6,00	5,00
12 Arrecadação de malas	1	3,00	3,00
Área útil total			331,00
Área de circulações e paredes 30%			99,30
Área total			430,30

Nota: Deve ser previsto um espaço exterior de estar/actividades lúdicas com área a definir

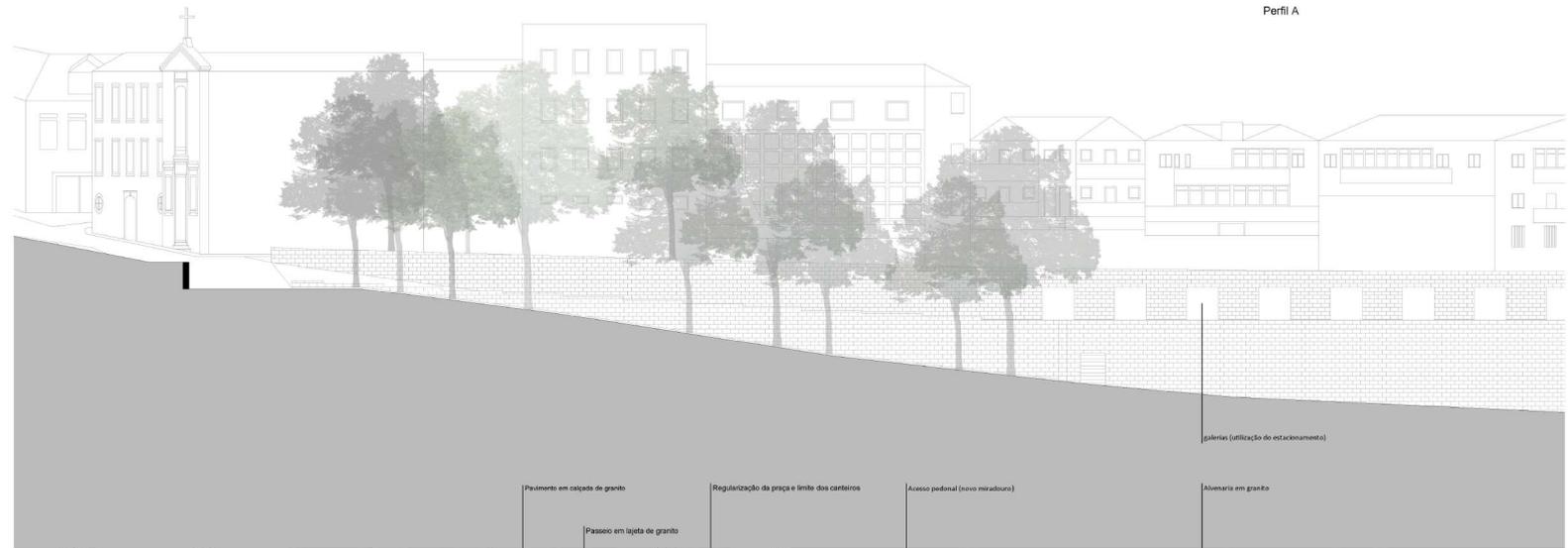
ANEXO 2

PROJECTO 5.1 - LAR RESIDENCIAL

QUADROS DE ÁREAS - OPÇÃO 2 EDIFICAÇÃO

Designação dos espaços	un	Área (m2)	Área (m2)
1 Átrio/Recepção	1	20,00	20,00
2 Espaços Administrativos			
2.1 Gabinete	2	12,00	24,00
2.2 I.S.	1	5,00	5,00
3 Sala de estar			
3.1 Sala de estar	1	50,00	50,00
3.2 Sala de actividades	1	30,00	30,00
4 Instalações sanitárias M/F	4	4,00	16,00
5 Sala de refeições	1	50,00	50,00
6 Quarto			
6.1 Individual	8	15,00	120,00
6.2 Duplo	14	18,00	252,00
6.3 Quarto de banho	22	4,00	88,00
7 Quarto pessoal			
7.1 Individual	3	15,00	45,00
7.2 Quarto de banho	3	5,00	15,00
8 Cozinha	1	30,00	30,00
9 Despensa	1	20,00	20,00
10 Sala de tratamento de roupas	1	20,00	20,00
11 Arrumo material	1	12,00	12,00
12 Arrecadação de malas	1	10,00	10,00
Área útil total			807,00
Área de circulações e paredes 30%			242,10
Área total			1 049,10

Nota: Deve ser previsto um espaço exterior de estar/actividades lúdicas com área a definir



galerias (utilização do estacionamento)

Pavimento em calçada de granito

Regularização da praça e limite das calçadas

Acesso pedestre (novo miradouro)

Alvenaria em granito

Passarela em laje de granito

Perfil D

Perfil C

Perfil A

Perfil B

Perfil B

Perfil C

Residência Sênior

01

Perfil A
Implantação
Escala 1:400

ULP_ projecto 5.1_Ricardo Barros



Perfil B



Perfil C



Perfil D

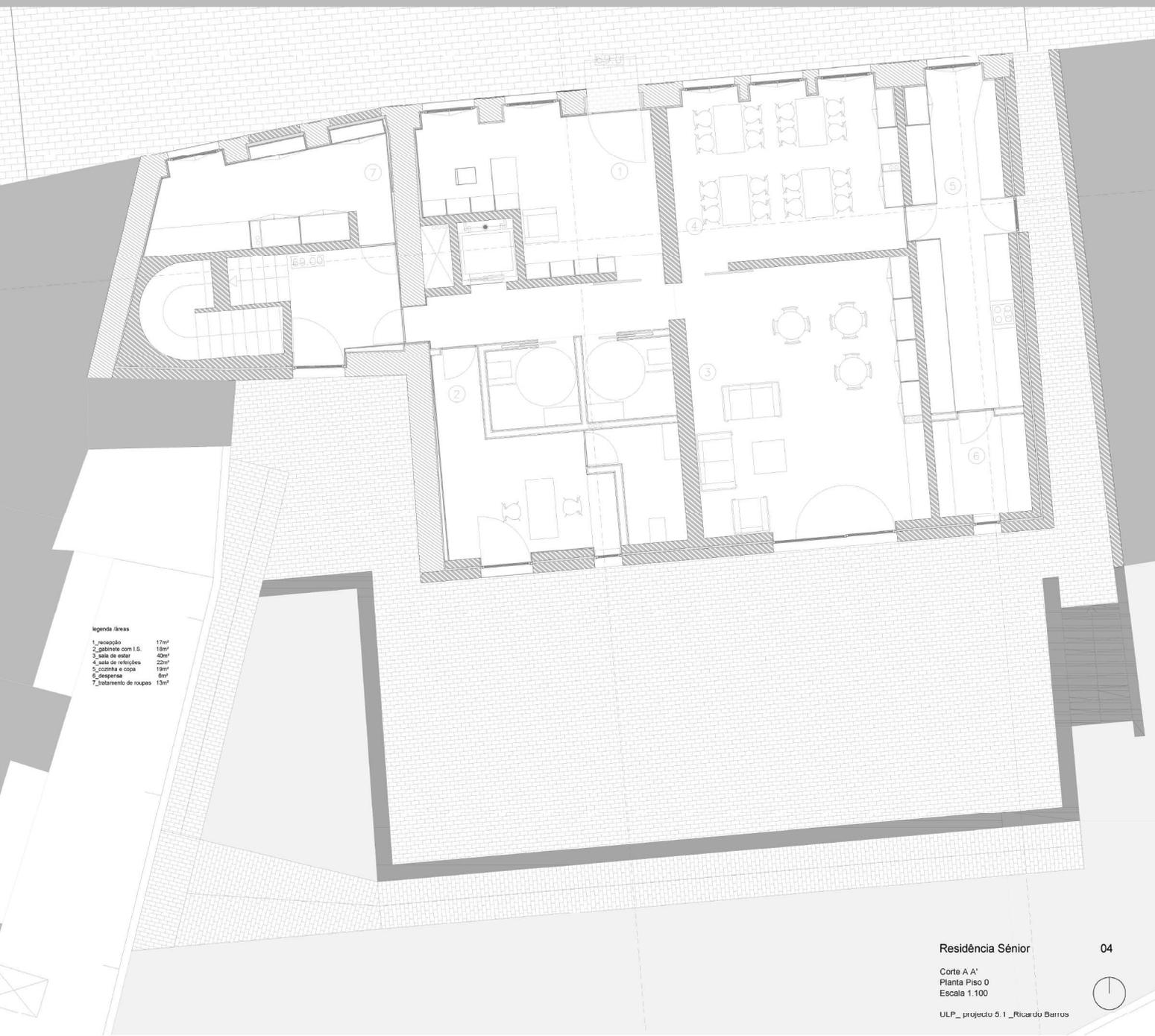
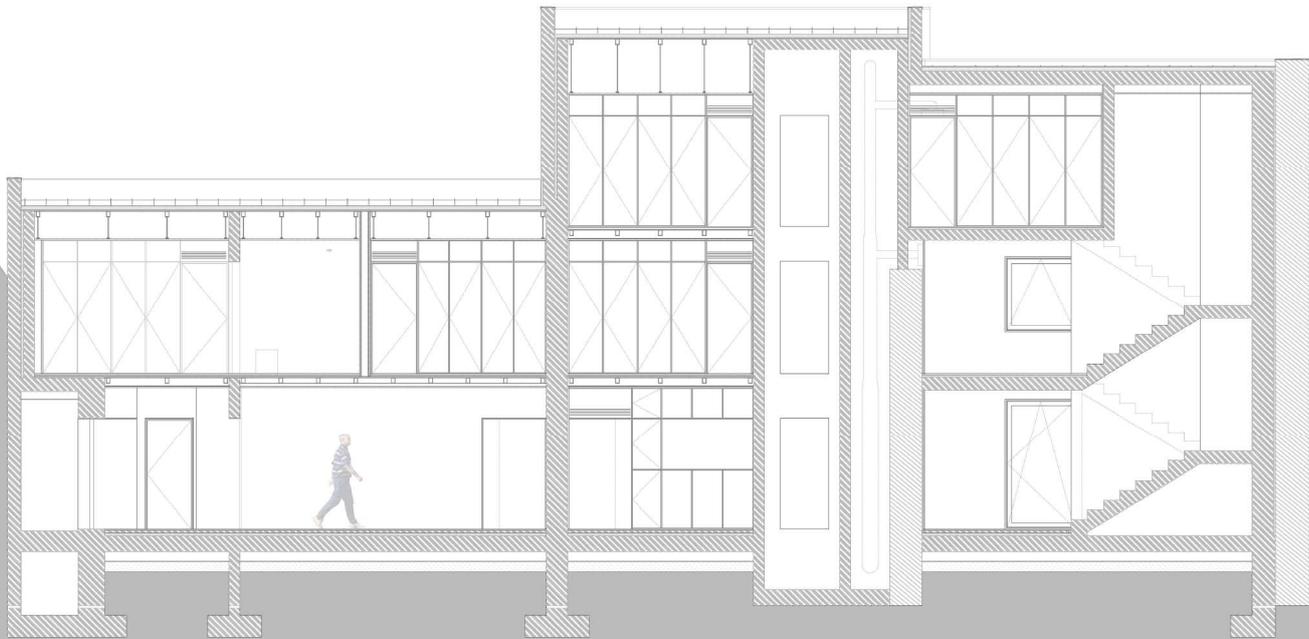




B

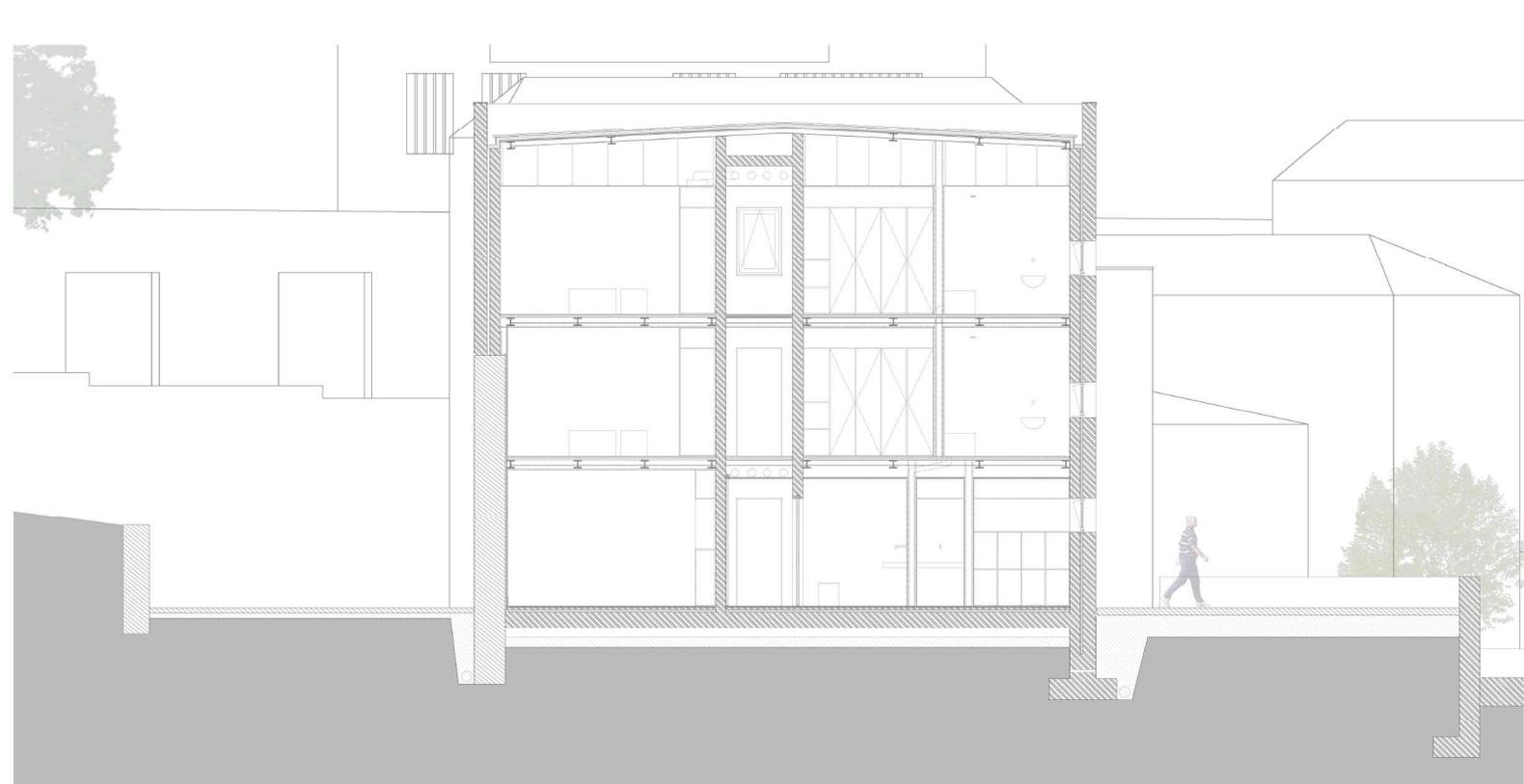
C

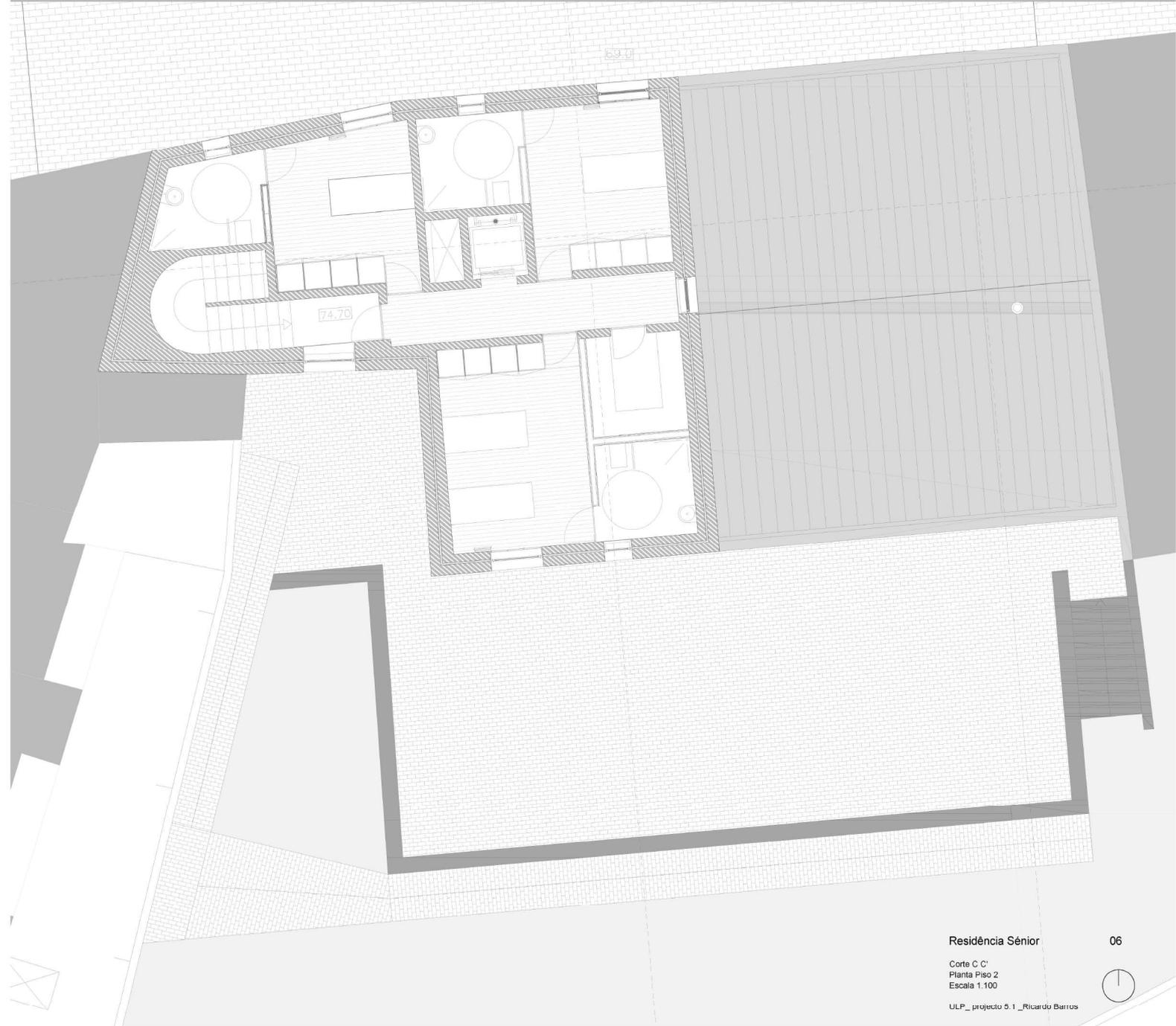
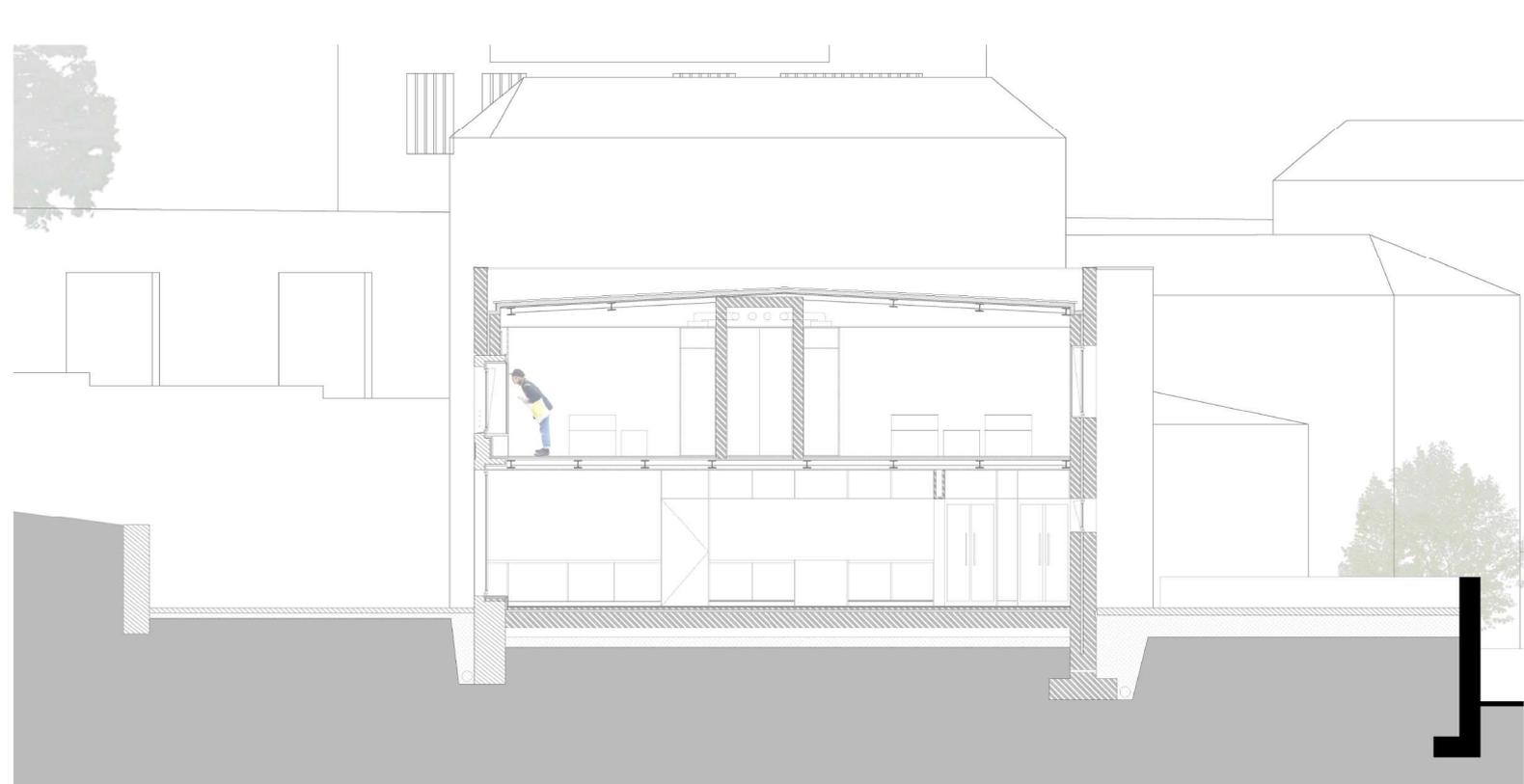




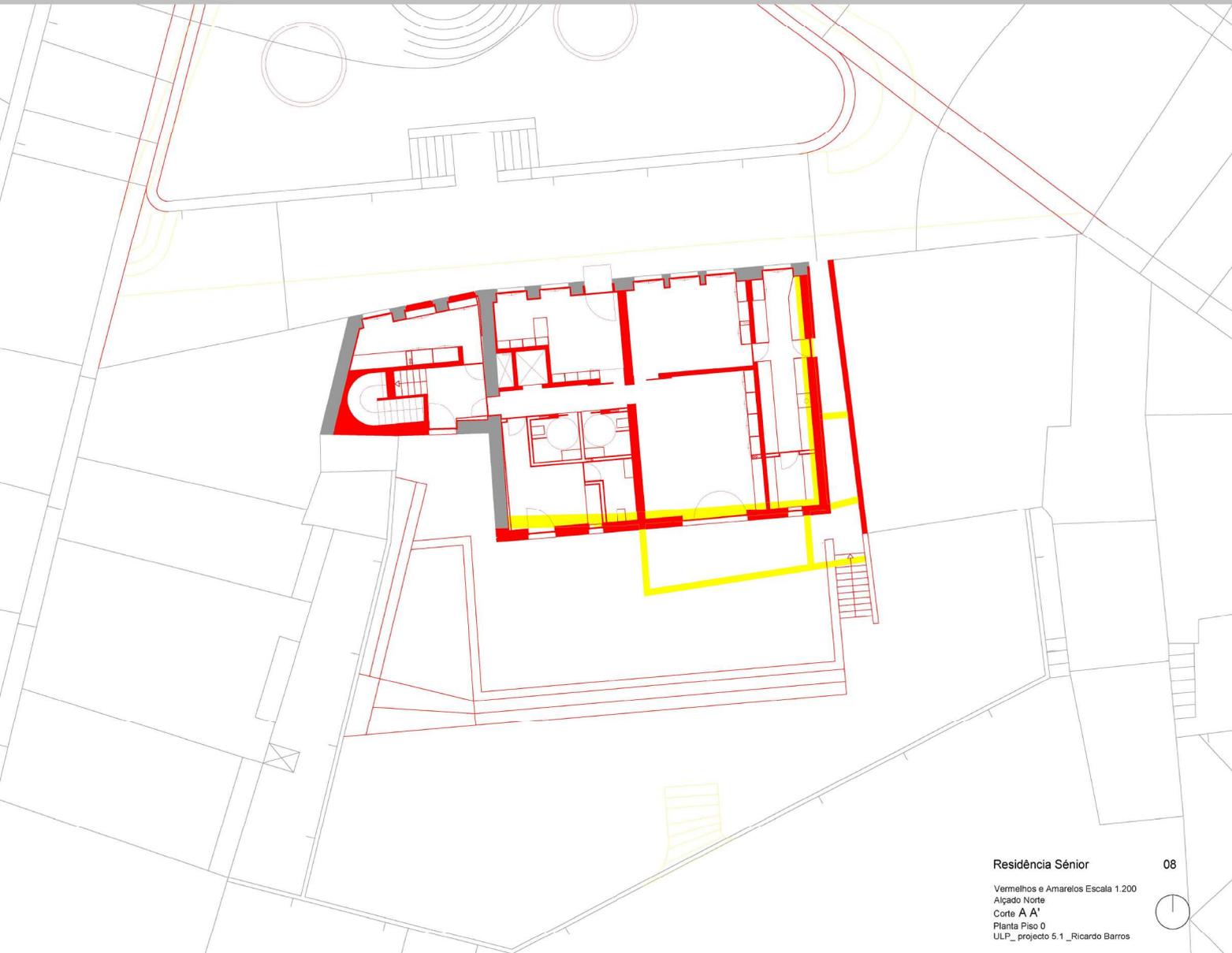
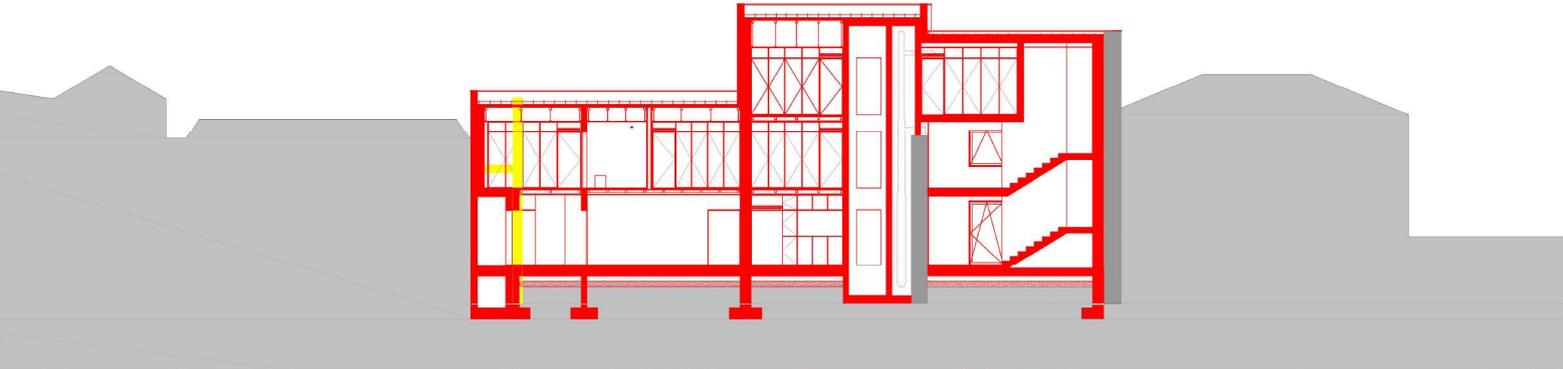
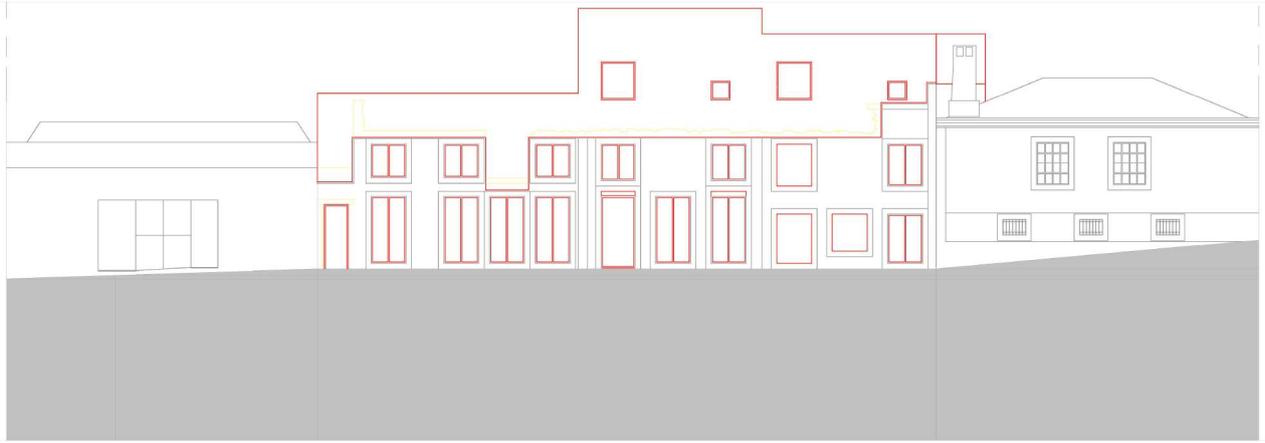
- legenda áreas
- 1_recepção 17m²
 - 2_galeria com I.S. 16m²
 - 3_sala de estar 40m²
 - 4_sala de refeições 22m²
 - 5_cozinha e copa 18m²
 - 6_sanítaria 6m²
 - 7_armário de roupas 13m²

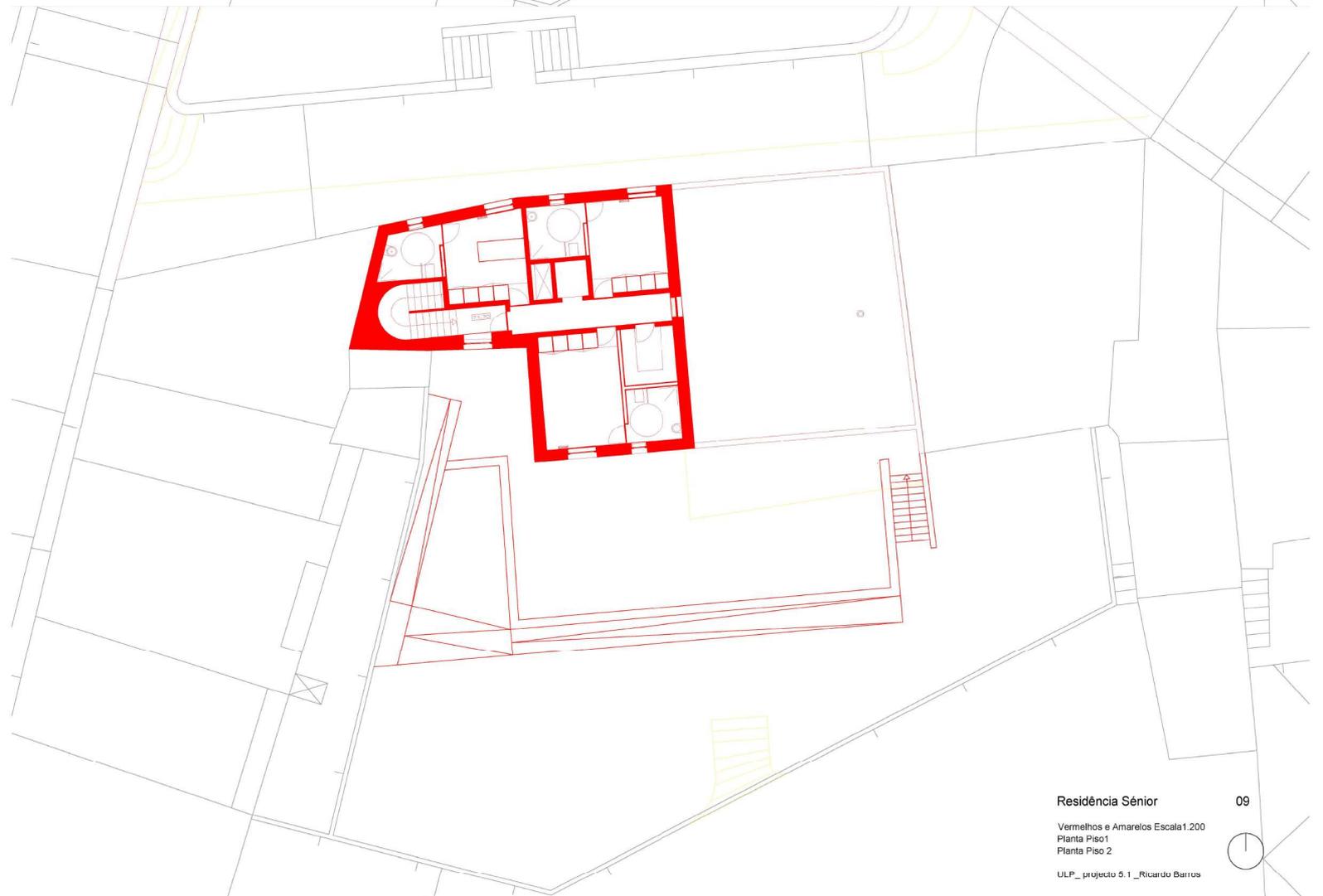


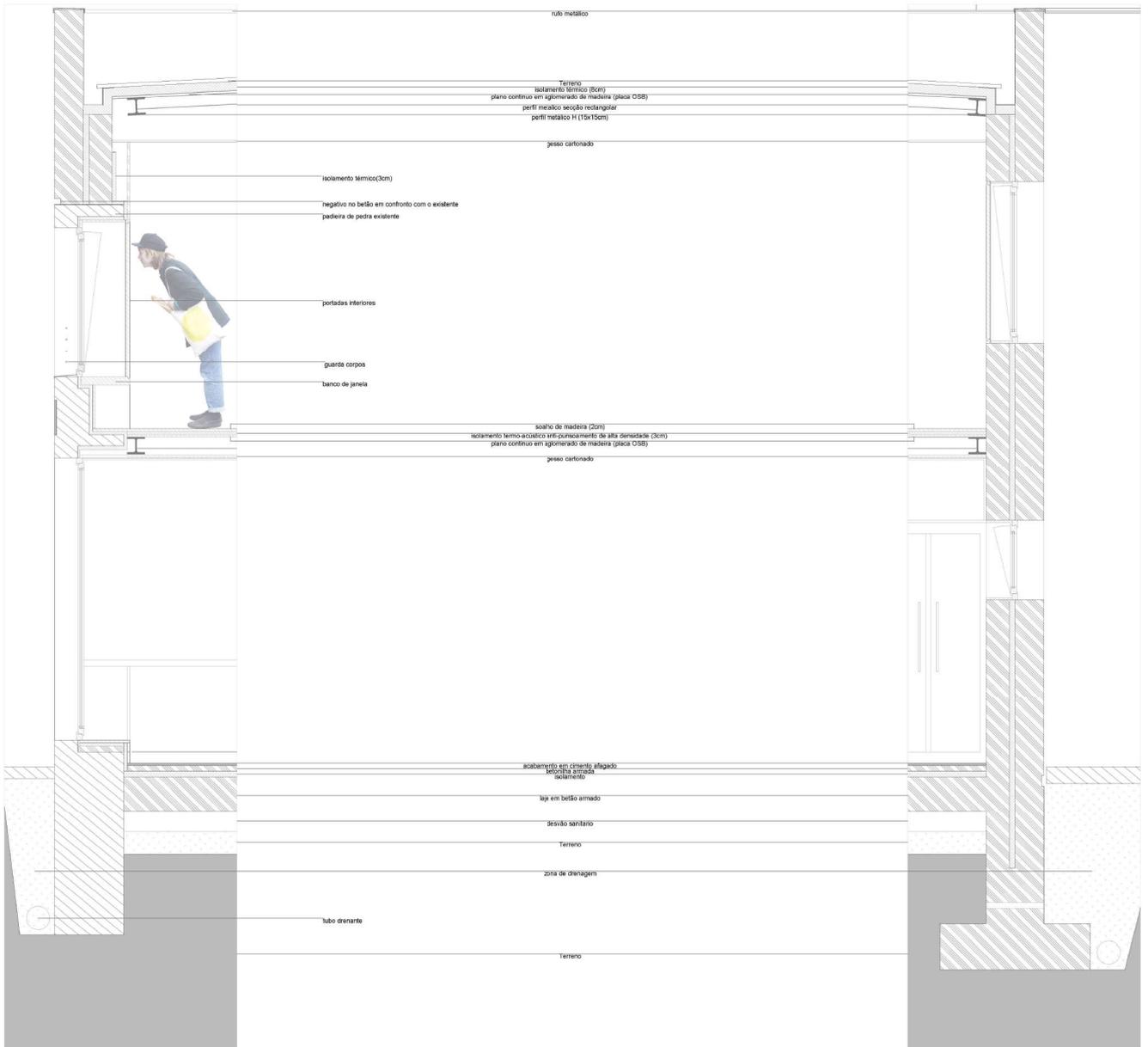




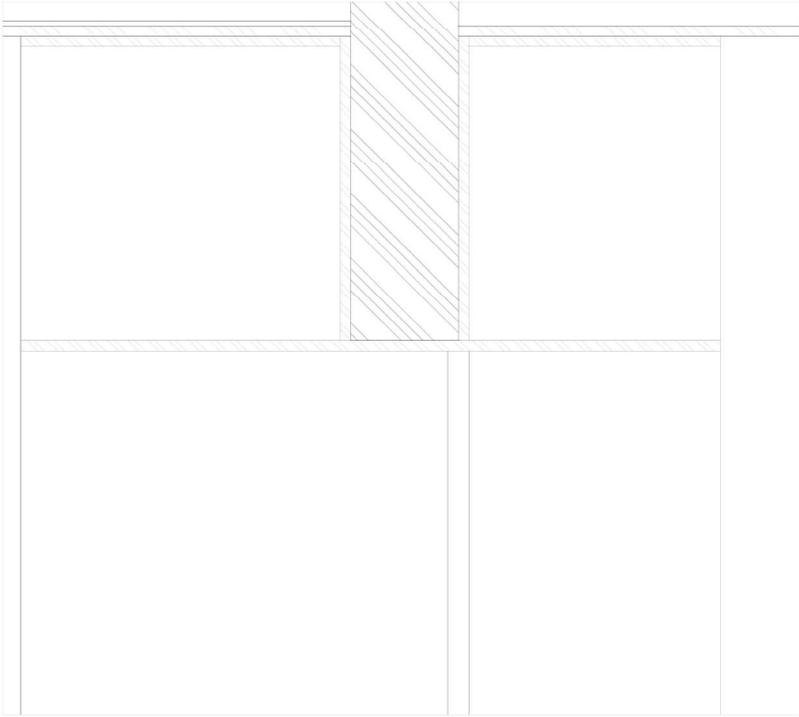




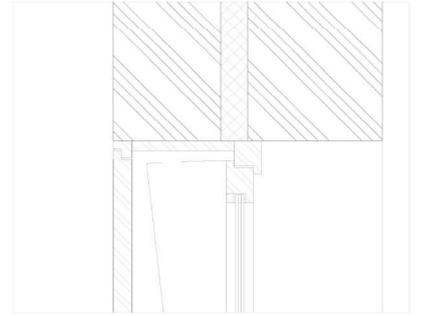




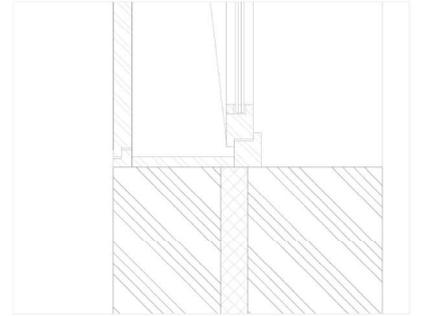
Corte Padieira



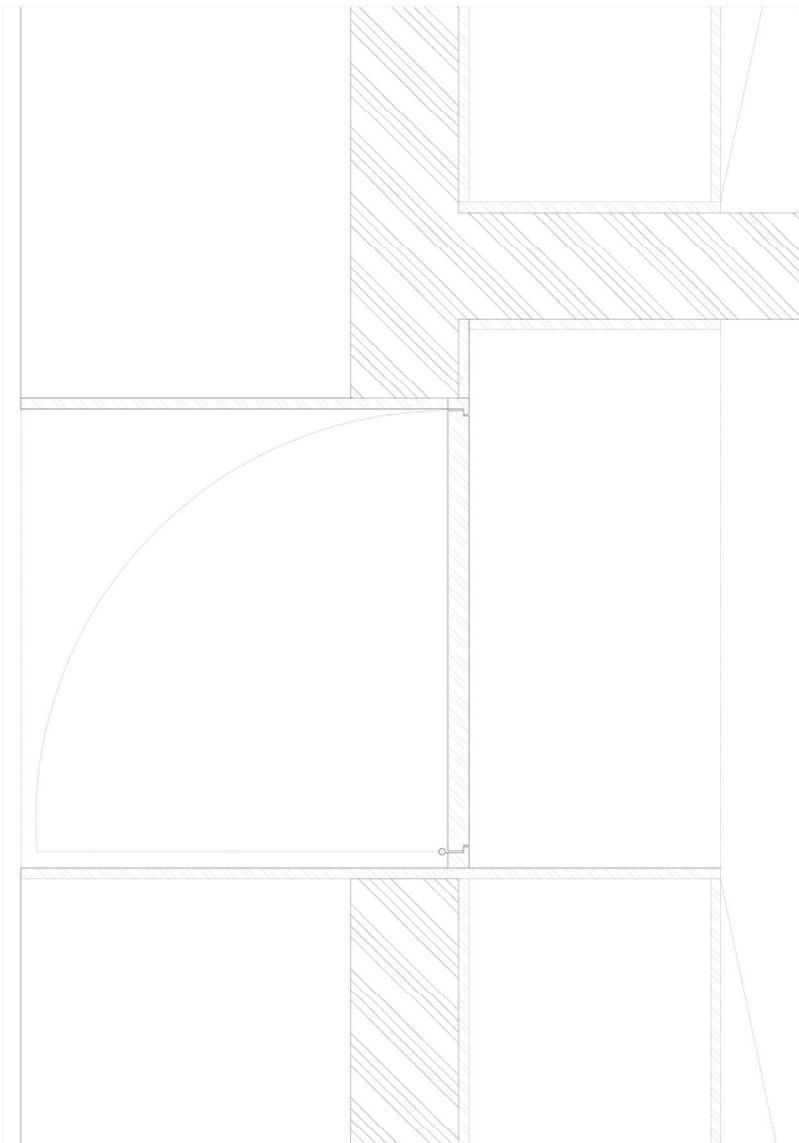
Corte Padieira



Corte Peitoril



Planta



Planta

